

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2021



ÍNDICE

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado do Exercício.....	4
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Notas Explicativas.....	9
1. A Companhia e suas operações.....	9
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.....	9
3. Sumário das principais práticas contábeis.....	10
4. Novas normas e interpretações.....	10
5. Estimativas e julgamentos relevantes.....	11
6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	15
7. Contas a receber.....	16
8. Partes relacionadas.....	17
9. Despesas antecipadas.....	20
10. Tributos.....	21
11. Demais ativos - Não circulante.....	26
12. Ativos mantidos para venda.....	26
13. Investimentos.....	27
14. Imobilizado.....	30
15. Lava Jato e seus reflexos na Companhia.....	34
16. Processos judiciais e contingências.....	34
17. Salários, férias, encargos e participações.....	40
18. Benefícios pós-emprego.....	41
19. Financiamentos.....	47
20. Arrendamento mercantil.....	48
21. Patrimônio líquido.....	51
22. Receita.....	53
23. Custos e despesas por natureza.....	54
24. Outras despesas e receitas operacionais.....	54
25. Resultado financeiro líquido.....	55
26. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa.....	55
27. Seguros.....	55
28. Gerenciamento de riscos.....	56
29. Eventos Subsequentes.....	58
Informação Complementar - Balanço Social (Não auditado).....	59
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	61
Relatório dos Auditores Independentes.....	62
Parecer do Conselho Fiscal.....	66
Resumo do Comunicado do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).....	67

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)



Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

ATIVO						PASSIVO					
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020		Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	200.493	168.845	375.501	1.583.613	Financiamentos	19	238.155	355.650	238.155	355.650
Títulos e valores mobiliários	6.2	1.462.555	2.662.807	1.462.555	2.662.807	Fornecedores		362.544	318.219	381.276	381.265
Contas a receber	7	268.238	136.047	268.238	136.047	Arrendamentos mercantis, inclui partes relacionadas	8-20	770.332	697.708	1.284.143	1.225.701
Contas a receber de partes relacionadas	7-8	1.095.253	1.156.766	1.636.811	1.973.337	Contas a pagar a partes relacionadas	8	354.377	390.854	439.268	457.479
Adiantamento a fornecedores, inclui partes relacionadas		38.919	9.492	122.638	18.956	Impostos e contribuições	10.1	96.423	162.566	96.490	162.588
Estoques		135.149	117.645	135.149	117.645	Provisão imposto de renda e contribuição social	10.1	61.608	93.781	61.608	93.994
Imposto de renda e contribuição social	10.1	10.943	39.309	16.435	44.402	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.4	-	281.291	-	281.291
Impostos e contribuições	10.1	268.952	389.911	268.944	389.957	Salários, benefícios, encargos sociais e participações	17	520.754	577.319	520.805	577.332
Despesas antecipadas	9	1.735	14.121	3.816	28.950	Demais contas a pagar		30.965	30.274	31.066	30.369
Demais ativos		109.627	110.967	108.984	110.692	Receitas a apropriar		239	239	239	46.339
		3.591.864	4.805.910	4.399.071	7.066.406			2.435.397	2.907.901	3.053.050	3.612.008
Ativos classificados como mantidos pra venda	12	-	-	-	97.183						
		3.591.864	4.805.910	4.399.071	7.163.589						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Financiamentos	19	3.653.311	5.426.285	3.653.311	5.426.285
Títulos e valores mobiliários	6.2	63.738	61.824	63.738	61.824	Fornecedores		64.590	57.335	64.590	57.335
Contas a receber de partes relacionadas	7-8	337.562	349.464	3.125.302	2.085.646	Arrendamentos mercantis, inclui partes relacionadas	8-20	5.012.065	2.585.734	6.434.647	4.353.176
Impostos e contribuições sociais diferidos	10.2	670.126	681.770	670.126	681.770	Provisão para processos judiciais	16.1	428.579	293.647	428.579	293.647
Depósitos judiciais	16.3	240.838	207.297	240.838	207.297	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	166.127	-	166.127
Demais ativos	11	46.272	44.088	46.272	44.088	Receitas a apropriar		3.751	3.990	3.751	3.990
		1.358.536	1.344.443	4.146.276	3.080.625	Passivo atuarial	18	641.170	1.067.397	641.170	1.067.397
						Impostos e contribuições	10.1	38.364	42.213	38.365	42.213
						Demais contas a pagar		22.485	14.916	22.484	14.916
								9.864.315	9.657.644	11.286.897	11.425.086
Investimentos	13	1.680.988	1.648.918	30.225	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	14-20	11.728.291	9.644.960	11.824.342	9.671.566	Capital social realizado	21.1	2.846.323	2.846.323	2.846.323	2.846.323
Intangível		101.596	50.640	101.596	50.640	Reservas de lucros	21.2	1.557.769	1.120.425	1.557.769	1.120.425
						Outros resultados abrangentes	21.3	1.757.471	962.578	1.757.471	962.578
		14.869.411	12.688.961	16.102.439	12.802.831			6.161.563	4.929.326	6.161.563	4.929.326
TOTAL		18.461.275	17.494.871	20.501.510	19.966.420	TOTAL		18.461.275	17.494.871	20.501.510	19.966.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita líquida de serviços prestados	22	8.733.750	7.495.815	9.030.927	8.071.763
Custo dos serviços prestados	23	(4.990.020)	(4.499.559)	(5.406.737)	(5.026.613)
Lucro bruto		3.743.730	2.996.256	3.624.190	3.045.150
Despesas					
Vendas	23	(36.585)	(36.035)	(36.585)	(36.035)
Gerais e administrativas	23	(708.257)	(680.435)	(720.321)	(688.400)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos	14.3	-	42.555	-	(276.613)
Tributárias	23	(122.829)	(152.294)	(122.874)	(152.343)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23-24	(189.381)	282.223	(180.041)	522.216
		(1.057.052)	(543.986)	(1.059.821)	(631.175)
Lucro antes do resultado financeiro		2.686.678	2.452.270	2.564.369	2.413.975
Receitas financeiras	25	98.441	61.422	226.975	211.863
Despesas financeiras	25	(696.400)	(729.729)	(814.945)	(867.214)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	101.848	127.636	102.901	131.398
Resultado de participações em investimentos	13	(111.437)	(15.849)	-	-
Lucro antes dos impostos		2.079.130	1.895.750	2.079.300	1.890.022
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(913.458)	(541.912)	(913.628)	(536.184)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	71.673	(40.336)	71.673	(40.336)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.237.345	1.313.502	1.237.345	1.313.502
Lucro por ação básico e diluído - R\$	21.5	0,25	0,26	0,25	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)
 Demonstração de Resultados Abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.237.345	1.313.502	1.237.345	1.313.502
Outros componentes do resultado abrangente:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Remensuração - Benefícios de planos de pensão	18	245.051	206.755	245.051	206.755
Imposto diferido		(83.317)	(70.297)	(83.317)	(70.297)
		161.734	136.458	161.734	136.458
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	18	519.624	541.161	519.624	541.161
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Ajustes acumulados de conversão em investidas reconhecidos no patrimônio líquido	21.3	113.535	366.171	113.535	366.171
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		2.032.238	2.357.292	2.032.238	2.357.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma



	Nota	Capital social realizado	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Legal	Retenção de lucros	Incentivos fiscais			Ajustes de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		3.403.344	14.302	-	99.619	129.094	-	(81.212)	3.565.147
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	366.171	366.171
Mensuração passivo atuarial - Petros e Plano de Saúde		-	-	-	-	-	-	677.619	677.619
Redução de capital		(557.021)	-	-	-	-	-	-	(557.021)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.313.502	-	1.313.502
Destinação do lucro:									-
Reserva de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	65.675	-	-	-	(65.675)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	920.994	-	-	(920.994)	-	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	19.835	-	(19.835)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos		-	-	-	-	(129.094)	(135.619)	-	(264.713)
Juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	(171.379)	-	(171.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.846.323	79.977	920.994	119.454	-	-	962.578	4.929.326
Ajuste de conversão de investimento no exterior	21.3	-	-	-	-	-	-	113.535	113.535
Mensuração passivo atuarial - Petros e Plano de Saúde	18	-	-	-	-	-	-	681.358	681.358
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.237.345	-	1.237.345
Destinação do lucro:									-
Reserva legal	21.2	-	61.869	-	-	-	(61.869)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21.2	-	-	-	5.471	-	(5.471)	-	-
Destinação de dividendos	21.4	-	-	-	-	370.005	(370.005)	-	-
Dividendos pagos antecipadamente	21.4	-	-	-	-	-	(800.000)	-	(800.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.846.323	141.846	920.994	124.925	370.005	-	1.757.471	6.161.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.237.345	1.313.502	1.237.345	1.313.502
Ajustes para:				
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	913.458	541.912	913.628	536.184
Participação em investimentos	111.437	15.849	-	-
Depreciação e amortização	1.122.439	1.143.465	1.142.207	1.216.709
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	-	(42.555)	-	276.613
Resultado com alienação e baixas de ativos	(31.885)	(11.266)	(31.885)	(11.266)
Encargos financeiros sobre financiamentos e arrendamentos	690.817	736.708	690.284	736.076
Variações cambiais e monetárias não realizadas	(5.933)	(37.339)	(5.926)	(41.485)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(87.244)	(53.456)	(87.244)	(53.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(71.673)	40.336	(71.673)	40.336
Provisão para processos judiciais	134.933	79.273	134.933	79.273
Perdas com recebíveis, inclui provisão com perda de crédito esperada	25.039	66.394	25.039	66.394
Provisão atuarial com plano de pensão e saúde	345.958	90.368	345.958	90.368
Recuperação de crédito fiscal - PIS e COFINS	(113.918)	(352.881)	(113.918)	(352.881)
Outros ajustes	1.726	(2.917)	(4.835)	(3.327)
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	(70.905)	(206.619)	866.823	211.113
Estoques	(17.503)	(17.079)	(17.503)	(17.079)
Depósitos judiciais	(33.541)	(1.229)	(33.541)	(1.229)
Outros ativos	(30.700)	(38.198)	(23.668)	3.589
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(145.390)	25.634	(186.808)	83.478
Impostos, taxas e contribuições	(175.884)	(164.713)	(171.302)	(157.184)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(550.948)	(115.839)	(555.917)	(126.032)
Outros passivos	(56.057)	218.481	(56.202)	311.106
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	3.191.571	3.227.831	3.995.795	4.200.802
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(323.761)	(274.693)	(472.265)	(279.891)
Títulos e valores mobiliários	1.285.581	(279.224)	1.285.581	(279.224)
Receita na alienação de bens	55.463	68.997	108.707	68.997
Concessão de recursos - empréstimos	-	-	(1.359.850)	-
Dividendos recebidos	164	-	-	-
Outros investimentos	(30.225)	-	(30.225)	-
Recursos líquidos gerados / (utilizados) nas atividades de investimentos	987.222	(484.920)	(468.052)	(490.118)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortizações de principal	(1.910.231)	(966.213)	(1.910.231)	(966.213)
Amortizações de juros	(353.086)	(533.472)	(353.085)	(533.472)
Pagamentos contratos de arrendamentos mercantis (arrendatário)	(801.246)	(1.002.312)	(1.430.349)	(1.707.526)
Dividendos pagos	(1.082.582)	(174.186)	(1.082.582)	(174.186)
Recursos líquidos gerados / (utilizados) nas atividades de financiamentos	(4.147.145)	(2.676.183)	(4.776.247)	(3.381.397)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.392	265.636
Variação de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	31.648	66.728	(1.208.112)	594.923
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168.845	102.117	1.583.613	988.690
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	200.493	168.845	375.501	1.583.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)



Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas				
Vendas de serviços e outras receitas	10.359.355	9.694.840	10.665.872	10.510.781
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	291.291	261.412	368.209	266.610
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(25.039)	(66.394)	(25.039)	(66.394)
	10.625.607	9.889.858	11.009.042	10.710.997
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.222.852)	(1.076.232)	(1.883.152)	(1.399.350)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.235.642)	(1.079.042)	(1.056.054)	(1.119.876)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(141.815)	(137.832)	(141.817)	(137.832)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos	-	42.555	-	(276.613)
	(2.600.309)	(2.250.551)	(3.081.023)	(2.933.671)
Valor adicionado bruto	8.025.298	7.639.307	7.928.019	7.777.326
Depreciação e amortização	(1.122.439)	(1.143.465)	(1.142.207)	(1.216.709)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	6.902.859	6.495.842	6.785.812	6.560.617
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(111.437)	(15.849)	-	-
Receitas financeiras e de variações monetárias e cambiais	242.207	223.900	374.269	380.879
	130.770	208.051	374.269	380.879
Valor adicionado total a distribuir	7.033.629	6.703.893	7.160.081	6.941.496
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	1.344.194	1.457.356	1.348.616	1.519.469
Participações nos lucros ou resultados	64.644	5.294	64.644	5.294
Remuneração variável de empregado	161.677	185.271	161.677	185.271
Vantagens	156.559	330.041	156.841	330.703
Plano de aposentadoria e pensão	121.082	136.743	121.082	136.743
Plano de saúde	328.377	61.719	328.377	70.969
FGTS	81.361	87.144	81.473	87.230
	2.257.894	2.263.568	2.262.710	2.335.679
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.965.642	1.589.310	1.966.248	1.583.931
Impostos contribuições estaduais	275.887	324.534	275.887	324.534
Impostos contribuições municipais	331.017	281.767	331.017	281.767
Imposto renda e contribuição social diferido	(71.673)	40.336	(71.673)	40.336
	2.500.873	2.235.947	2.501.479	2.230.568
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e aluguéis	1.037.517	890.876	1.158.547	1.061.747
	1.037.517	890.876	1.158.547	1.061.747
Acionistas				
Lucros retidos	437.345	1.006.504	437.345	1.006.504
Remuneração ao acionista	800.000	306.998	800.000	306.998
	1.237.345	1.313.502	1.237.345	1.313.502
Valor adicionado distribuído	7.033.629	6.703.893	7.160.081	6.941.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada “Transpetro” ou “Companhia”, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais (marítimos ou terrestres) e embarcações (próprias ou de terceiros), explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio dos referidos dutos, terminais, navios e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, para atendimento as suas atividades operacionais.

A Transpetro, diretamente ou por meio de suas controladas, associadas ou não a terceiros, poderá exercer, no país ou fora do território nacional, quaisquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Parte substancial das operações comerciais da Companhia é realizada com a Petrobras e suas participações societárias.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.2 Demonstração do valor adicionado

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08 e tem como objetivo apresentar informações relativas às riquezas criadas pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional da Transpetro e de sua controlada Transbel é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. A moeda funcional da TIBV, que atua em ambiente econômico internacional, é o dólar norte-americano.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Novas normas e interpretações

4.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1- <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9- <i>Financial Instruments</i>); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41- <i>Agriculture</i>). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16- <i>Leases</i> .	1º de janeiro de 2022
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> e IFRIC 21- <i>Leases</i> . Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37- <i>Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets</i> para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16- <i>Property, Plant and Equipment</i> proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1- <i>Presentation of Financial</i> estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4- <i>Insurance Contracts</i> e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 <i>Presentation of Financial Statements</i> estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 <i>Income Taxes</i> de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto às emendas referentes ao IAS 37-*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* e IAS 16-*Property, Plant and Equipment*, a Companhia não estima impactos relevantes da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas.

4.2 Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tais como os emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC N° 19	<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020</i> <i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i> <i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i> <i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	<i>IFRS 17 – Insurance Contracts</i>	1º de janeiro de 2023

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas periodicamente pela Administração, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, no caso da Companhia, principalmente dos fretes dos navios e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil

remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 14.3.

5.2 Definição das unidades geradoras de caixa (UGCs) para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. Alterações nas UGCs podem acontecer em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais, que podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. As definições adotadas são as seguintes:

- a) UGC Transportes: composta pelos navios da Transpetro, operam através de contratos de longo prazo com a Petrobras;
- b) UGC Dutos e Terminais: composta pelo direito de uso registrado em função dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras;
- c) UGC comboios-hidrovia: composta pelo conjunto de embarcações (comboios) que teve o projeto postergado;
- d) UGC RLAM: composta pelo direito de uso registrado em função do contrato de arrendamento celebrado com a Refinaria de Mataripe.

5.3 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas estão apresentadas na nota explicativa 10.

5.4 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em alterações na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

5.5 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.6 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

5.7 Arrendamentos

A Companhia utiliza taxas incrementais sobre empréstimos da Petrobras para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. As taxas incrementais são estimadas a partir das taxas de captação corporativa (obtidas pelos rendimentos – *yields* - de títulos emitidos pela Petrobras), que levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustados para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, *duration* do respectivo fluxo de pagamento e a data de início de cada contrato.

5.8 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, que estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Maiores esclarecimentos sobre os tratamentos tributários estão divulgados na nota 16.2.3.

5.9 Gestão de capital

O objetivo da Transpetro ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o capital com base no valor econômico adicionado (VEA).

5.10 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de quitá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e, no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

5.11 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

a) Contas a receber de clientes

A Petrobras é atualmente o maior cliente da Transpetro, representando 76% do contas a receber operacional consolidado total da Companhia, desconsiderando operações de arrendamento, sendo sua classificação de risco avaliada em BB-, de acordo com a agência Standard & Poor's. Os demais clientes da Transpetro, em sua maior parte, não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Desta forma, para definição e monitoramento dos limites de crédito são avaliados o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Transpetro e suas demonstrações financeiras, entre outros aspectos.

b) Outros ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
AA	273.737	1.443.399	1.526.278	2.724.616
A-	74.701	91.878	-	-
brAAA	14.187	9.858	-	-
brAA+	484	-	-	-
Outras classificações	12.392	38.478	15	15
Total	375.501	1.583.613	1.526.293	2.724.631

5.12 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não são, significativamente, diferentes de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP) Petrobras, classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	155.591	109.553	230.850	223.290
Aplicações financeiras:				
No país	44.902	59.292	71.927	85.892
No exterior	-	-	72.724	1.274.431
Total de caixa e equivalente de caixa	200.493	168.845	375.501	1.583.613

As principais aplicações destes recursos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem: (i) pagamento antecipado de financiamentos, no valor de R\$ 1.667.665; (ii) pagamento de JSCP, dividendos e antecipação de dividendos, no montante de R\$ 1.108.664; e (iii) contrato de mútuo celebrado entre TIBV e Petrobras Global Trading - PGT (empresa controlada da Petrobras), no montante de R\$ 1.359.850.

Em 31 de dezembro de 2021, do montante total consolidado de caixa e equivalente de caixa, R\$ 281.577 (R\$ 1.448.265 em 2020) se referem a instituições financeiras controladas pela União (vide nota 8.2).

Prática contábil

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa devido à possibilidade de resgate imediato e estarem sujeitas a um baixo risco de perda de valor.

6.2 Títulos e valores mobiliários

	Controladora e consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Custo Amortizado	1.526.293	2.724.631
	1.526.293	2.724.631
Circulante (i)	1.462.555	2.662.807
Não circulante (ii)	63.738	61.824

- (i) Fundo de investimento (FIDC-NP), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pela Petrobras e suas participações societárias;
- (ii) Refere-se a parcelas de cotas do FIDC-NP) bloqueadas judicialmente.

Prática contábil

São inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Recebíveis de contratos com clientes				
Terceiros	285.344	140.928	285.344	140.928
Perdas de créditos esperadas - Terceiros	(17.106)	(4.881)	(17.106)	(4.881)
Terceiros	268.238	136.047	268.238	136.047
Partes Relacionadas	1.432.815	1.506.230	4.762.113	4.058.983
Total do contas a receber, líquidas	1.701.053	1.642.277	5.030.351	4.195.030
Circulante	1.363.491	1.292.813	1.905.049	2.109.384
Terceiros	268.238	136.047	268.238	136.047
Partes Relacionadas	1.095.253	1.156.766	1.636.811	1.973.337
Não circulante	337.562	349.464	3.125.302	2.085.646
Partes Relacionadas	337.562	349.464	3.125.302	2.085.646

7.1 Perdas de crédito esperadas - PCE

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2020	Adições	31.12.2021
Terceiros	(4.881)	(12.225)	(17.106)
Total de perdas de crédito esperadas	(4.881)	(12.225)	(17.106)

Em 31 de dezembro de 2021, as adições de perdas de crédito esperadas em terceiros incluem as empresas Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e BR Distribuidora (Vibra Energia), que, após a conclusão do processo de venda pela Petrobras, passaram a ser consideradas no grupo de clientes – terceiros.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas ao custo amortizado.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem de contrato classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) no contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras, desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses. Entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE ao longo da vida esperada do recebível.

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Independente da avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

8. Partes relacionadas

8.1 Transações por operações com a Petrobras e suas participações societárias

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	31.12.2021			Controladora 31.12.2020			Consolidado 31.12.2021 31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
Ativo								
Contas a receber - Petrobras e participações societárias								
Petrobras	1.006.072	-	1.006.072	900.352	-	900.352	2.985.442	3.512.900
Demais participações	89.181	337.562	426.743	256.414	349.464	605.878	374.933	546.083
	1.095.253	337.562	1.432.815	1.156.766	349.464	1.506.230	3.360.375	4.058.983
Operações de mútuo - Demais participações	-	-	-	-	-	-	1.401.738	-
Adiantamento para fornecedores - Demais participações	34.569	-	34.569	-	-	-	34.569	-
Total	1.129.822	337.562	1.467.384	1.156.766	349.464	1.506.230	4.796.682	4.058.983
Passivo								
Contas a pagar - Petrobras e participações societárias								
Petrobras	329.786	-	329.786	372.528	166.127	538.655	414.677	604.078
Demais participações	24.591	-	24.591	18.326	-	18.326	24.591	19.528
	354.377	-	354.377	390.854	166.127	556.981	439.268	623.606
Arrendamentos mercantis financeiros - Petrobras	274.335	2.684.592	2.958.927	661.742	2.480.900	3.142.642	2.958.927	3.142.643
Dividendos/JCP - Petrobras	-	-	-	281.291	-	281.291	-	281.291
Total	628.712	2.684.592	3.313.304	1.333.887	2.647.027	3.980.914	3.398.195	4.047.540

Receita, principalmente de vendas e resultado financeiro	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Petrobras	8.201.383	7.176.159
LOGUM	167.758	520.041
BRASKEM	132.481	65.470
Demais empresas	73.113	45.883
Total	8.574.735	7.807.553
Receita, principalmente de vendas	8.801.985	8.065.316
Variações monetárias e cambiais, líquidas	59.399	25.059
Receitas (despesas) financeiras líquidas (i)	(286.649)	(282.822)
Total	8.574.735	7.807.553

(i) inclui o resultado financeiro referente às operações de arrendamento e subarrendamento mercantis requeridos pelo IFRS 16.

A Petrobras concluiu o processo de venda da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) em 2020 e da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e BR Distribuidora (Vibra Energia) em 2021, quando passaram a ser consideradas no grupo de clientes – terceiros. Para fins comparativos, as transações ocorridas com estas empresas foram excluídas nos exercícios de 2020 e 2021.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1.1 Acordo Extrajudicial – Logum

Em 2020 a Transpetro reconheceu crédito a receber decorrente de acordo extrajudicial, homologado em juízo, celebrado com a Logum Logística S.A. (Logum), no montante de R\$ 436.014, atualizado no montante de R\$ 5.261, ocorrido em 2020, com o pagamento da primeira parcela ocorrido em janeiro de 2021 e o restante a ser recebido em 48 parcelas mensais e sucessivas a partir de junho de 2024. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios com base no IPCA +3,8% a.a. e os recebimentos dos juros ocorrem trimestralmente.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a Transpetro recebeu R\$ 137.520 referentes à primeira parcela de curto prazo e aos juros trimestrais previstos no acordo, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado						
	31.12.2020	PCE	Atualização monetária	Recebimento Principal	Recebimento Encargos	Transferência	31.12.2021
Contas a receber - Outros	87.746	-	49.965	(86.700)	(50.820)	4.215	4.406
Circulante	87.746	-	49.965	(86.700)	(50.820)	4.215	4.406
Contas a receber - Outros	353.529	-	-	-	-	(4.215)	349.314
Perdas de crédito esperada - PCE	(12.734)	(7.688)	-	-	-	-	(20.422)
Não Circulante	340.795	(7.688)	-	-	-	(4.215)	328.892
Total	428.541	(7.688)	49.965	(86.700)	(50.820)	-	333.298

Em dezembro de 2021, considerando a qualidade do crédito e as garantias concedidas pelos sócios da Logum na referida transação, a Companhia revisou a provisão para perda de crédito esperada referente a parcela de longo prazo, em consonância com o IFRS 9, reconhecendo perda adicional de R\$ 7.688.

8.1.2 Rescisão Antecipada dos Contratos Ataulfo Alves e Cartola

O contrato de afretamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, assinado entre a Transpetro International B.V. (TIBV) e a Petrobras, foi rescindido antecipadamente, por solicitação da Petrobras, tendo os seus efeitos contábeis registrados no exercício de 2020. Em razão do término antecipado deste contrato, foi recebido pela TIBV, no 2º trimestre de 2021, o valor de R\$ 270.763, líquido de efeitos cambiais, a título de indenização.

8.1.3 Contrato de mútuo – TIBV e Petrobras Global Trading BV

Em setembro de 2021, foi assinado um contrato de mútuo entre as empresas TI BV e PGT no valor de USD 250.000 mil pelo prazo de 2 (dois) anos a uma taxa de 1,58% ao ano. O pagamento do principal será realizado ao final do prazo contratual e os juros ao final de cada ano do contrato.

8.2 Transações (significativas) com a Petrobras e suas participações societárias e entidades governamentais

	31.12.2021		Consolidado 31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Petrobras e suas participações societárias				
Petrobras e Controladas	4.387.225	3.391.106	3.513.165	4.029.215
Demais participações societárias	409.457	7.089	545.818	18.325
Subtotal	4.796.682	3.398.195	4.058.983	4.047.540
Entidades Governamentais				
Bancos controlados pela União				
Caixa e equivalente de caixa	281.577	-	1.448.265	-
Títulos e valores mobiliários	1.526.293	-	2.724.631	-
Depósitos judiciais	240.838	-	207.297	-
Financiamento	-	3.891.468	-	5.781.935
Subtotal	2.048.708	3.891.468	4.380.193	5.781.935
Total	6.845.390	7.289.663	8.439.176	9.829.475
Circulante	3.415.511	951.760	6.084.409	1.756.162
Não circulante	3.429.879	6.337.903	2.354.767	8.073.313

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Resultado		
Petrobras e suas participações societárias		
Petrobras e Controladas	6.108.710	6.874.388
Demais participações societárias (i)	294.554	583.639
Subtotal	6.403.264	7.458.027
Entidades Governamentais		
Bancos controlados pela União	(273.994)	(361.952)
Subtotal	(273.994)	(361.952)
Total	6.129.270	7.096.075
Receita, principalmente de vendas	9.108.679	8.888.474
Compras, arrendamentos e serviços	(2.604.637)	(1.314.723)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	60.414	29.206
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(435.186)	(506.882)
Total	6.129.270	7.096.075

- (i) A Petrobras concluiu o processo de venda da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) em 2020 e da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e BR Distribuidora (Vibra Energia) em 2021, quando passaram a ser consideradas no grupo de clientes – terceiros.

8.3 Remuneração da administração e dos demais empregados da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes, relativas aos meses de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Expresso em reais	
	Dez/21	Dez/20
Remuneração do empregado		
Menor remuneração	1.712	1.541
Remuneração média	13.844	12.220
Maior remuneração	69.554	65.554
Remuneração média do dirigente da Transpetro	101.092	101.092

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Transpetro têm por base as diretrizes estabelecidas pela Petrobras, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia. São apresentadas a seguir as remunerações de 2021 e 2020:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total	Diretoria executiva	Conselho de administração	Total
Salários e benefícios	6.997	993	7.990	6.609	715	7.324
Encargos sociais	1.702	164	1.866	1.683	146	1.829
Previdência complementar	611	13	624	527	-	527
Remuneração total	9.310	1.170	10.480	8.819	861	9.680

Foi estabelecido o valor de R\$ 17.159 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Arrendamento Antecipado	-	-	-	5.036
Seguro	1.735	14.121	3.816	23.914
Total	1.735	14.121	3.816	28.950

Prática contábil

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

10. Tributos

10.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (i)	16.435	44.402	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher (ii)	-	-	61.608	93.788	-	-
Tributos sobre o lucro no exterior	-	-	-	206	-	-
Total	16.435	44.402	61.608	93.994	-	-

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS	2.886	4.867	3.218	8.986	-	-
PIS/COFINS (iii)	237.205	356.776	25.789	70.978	-	-
INSS (iv)	26.559	24.695	-	-	-	-
ISS	2.085	3.352	22.681	11.392	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	35.057	62.386	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (v)	-	-	5.416	5.222	38.365	42.213
Outros	209	267	4.329	3.624	-	-
Total	268.944	389.957	96.490	162.588	38.365	42.213

- (i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é resultante das retenções desses tributos nas prestações de serviços para a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS. De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - IN-RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal – ECF.
- (ii) O saldo de IRPJ e CSLL a pagar, no passivo circulante, é resultante da apuração destes tributos sobre o lucro da Companhia, líquido dos créditos retidos utilizados na compensação desses tributos.
- (iii) Em 2020, a Transpetro obteve decisão judicial favorável referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS do período 2012-2020. Em dezembro de 2020, foi reconhecido o montante de R\$ 352.881 (R\$ 264.729 de valor original e R\$ 88.152 de atualização monetária) e se referem à exclusão do ICMS efetivamente recolhido da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal. Sendo assim, no segundo trimestre de 2021, a Companhia reconheceu um crédito adicional de R\$ 92.360 (R\$ 66.182 de principal e R\$ 26.178 de atualização monetária).

O ganho líquido no resultado do exercício, referente aos créditos da ação judicial foi de R\$ 64.782, com efeito positivo de R\$ 66.182 de recuperação de tributos em outras receitas operacionais e R\$ 34.396 de atualização monetária ativa no resultado financeiro, compensado com R\$ 1.599 de despesas tributárias e R\$ 34.197 de despesas com imposto de renda e contribuição social.

Em 2021 a Companhia habilitou os créditos e iniciou a compensação com o pagamento das próprias contribuições para o PIS e COFINS, até 31 de dezembro de 2021 foram recuperados R\$ 232.489. A Companhia estima finalizar a compensação desses créditos em 2022.

Os demais valores do PIS e COFINS a recuperar decorrem das retenções determinadas pela Lei nº10.833/2003 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (iv) O valor de INSS a recuperar refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/1998, regulamentada pela IN RFB nº971/2009. Os créditos são utilizados ao longo do ano na apuração do próprio imposto.
- (v) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar contingência de cerca de R\$ 145 milhões referente à não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005.

10.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos – Não circulante

10.2.1 Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil no contexto das leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, fundamentados nas projeções baseadas no Plano Estratégico da Companhia.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados no resultado em 2021, nos montantes credores de, respectivamente, R\$ 52.701 e R\$ 18.972 (R\$ 29.659 e R\$ 10.677, devedores, em 2020), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes principalmente de provisões para contingências e outras provisões operacionais, perdas no valor recuperável de ativos, provisão para pagamento do Programa de Remuneração Variável, pelo disposto na Lei nº 12.973/14, que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº1.700/2017 e pelas novas regras definidas pelo Internacional Financial Reporting Standards - IFRS16, entre outros.

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

											Controladora
	Provisão Contingências	Provisão despesas de pessoal e PLR	Passivo atuarial	Arrendamento Mercantil	Depreciação acelerada	Impairment	Provisões operacionais	Perdas de crédito esperadas	Créditos recuperados judicialmente	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019	56.046	52.641	153.645	28.731	(228.014)	593.022	125.972	21.623	-	(11.263)	792.403
Resultado	43.994	26.091	22.838	15.943	26.140	(55.681)	(14.666)	14.985	(119.980)	-	(40.336)
Outros resultados abrangentes	-	-	(70.297)	-	-	-	-	-	-	-	(70.297)
Em 31 de dezembro de 2020	100.040	78.732	106.186	44.674	(201.874)	537.341	111.306	36.608	(119.980)	(11.263)	681.770
Resultado	45.878	(5.687)	16.042	1.105	10.661	(42.249)	(5.267)	6.340	44.850	-	71.673
Outros resultados abrangentes	-	-	(83.317)	-	-	-	-	-	-	-	(83.317)
Em 31 de dezembro de 2021	145.918	73.045	38.911	45.779	(191.213)	495.092	106.039	42.948	(75.130)	(11.263)	670.126
Impostos diferidos ativos											1.014.887
Impostos diferidos passivos											(333.117)
Em 31 de dezembro de 2020											681.770
Impostos diferidos ativos											947.732
Impostos diferidos passivos											(277.606)
Em 31 de dezembro de 2021											670.126

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2.2 Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão utilizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções de lucros do Plano Estratégico.

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	Controladora e consolidado
Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	Ativos
2022	79.461
2023	51.846
2024	37.519
2025	37.519
2026	37.519
2027 em diante	426.262
Parcela registrada contabilmente	670.126

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A reconciliação dos tributos sobre os lucros, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada a seguir:

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	2.079.130	1.895.750
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(706.904)	(644.555)
Ajustes definitivos para apuração da alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais - Lucro na Exploração	1.860	6.744
Benefício fiscal - Salário Maternidade	550	550
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	5.591	9.737
AMS - Benefício pós emprego	(99.030)	(6.396)
Participações em Controladas	(37.888)	(5.389)
Relações institucionais	(151)	(118)
Retificação da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF	2.036	(1.167)
Juros sobre capital próprio	-	58.269
Gratificação de dirigentes - Bônus de desempenho	(7.086)	-
Outros ajustes	(763)	77
Imposto de renda e contribuição social	(841.785)	(582.248)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(913.458)	(541.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	71.673	(40.336)
Total de impostos de renda e contribuição social	(841.785)	(582.248)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	40%	31%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos; e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Desde 2015, despesas com imposto de renda sobre lucros auferidos por subsidiárias no exterior são reconhecidas conforme estabelecido pela Lei nº 12.973/2014, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes.

São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Demais ativos – Não circulante

Eficácias a receber – Estaleiro Atlântico Sul

Devido à rescisão dos contratos para a construção de 7 navios com o Estaleiro Atlântico Sul – EAS, foi assinado entre as partes uma TEJ (transação extrajudicial) para devolução dos adiantamentos realizados pela Transpetro no âmbito dos respectivos contratos.

Em 2021, no âmbito do processo de recuperação judicial, foi homologado o novo plano aprovado pela Transpetro e demais credores, que confere à Companhia o direito de receber seu crédito até o aniversário de 15 anos do término do período de carência de 3 anos, podendo ser prorrogado. O valor do crédito passa a ser remunerado com taxa equivalente a 120% da Taxa DI.

Devido às incertezas relacionadas a execução do novo plano de recuperação do EAS, a Companhia manteve as estimativas para cálculo da provisão para perda de créditos esperadas (PCE) com base nos critérios de dezembro/2020 e permanece em contínuo monitoramento do assunto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida a atualização da PCE no montante de R\$ 5.125 e o recebível atualizado registrado no ativo não circulante é de R\$ 146.334.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Créditos a Receber - EAS	146.334	138.839
Perdas de crédito esperada - PCE	(100.062)	(94.937)
Demais ativos	-	186
Não Circulante	46.272	44.088

Prática contábil

Os demais ativos são apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

Para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE ao longo da vida esperada do recebível.

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

12. Ativos mantidos para venda

No exercício de 2020, houve o término antecipado dos contratos de afretamento dos navios Ataulfo Alves e Cartola, por decisão da Petrobras, e a administração da Companhia aprovou o processo de alienação dos respectivos navios de propriedade da Transpetro International BV (TI BV). O valor contábil dos navios, em 31 de dezembro de 2020, líquido de provisão para perda era de R\$ 97.183.

A Transpetro International B.V. concretizou a venda do navio Cartola pelo montante de R\$ 47.515 em 06 de janeiro de 2021 e do navio Ataulfo Alves pelo montante de R\$ 53.244 em 12 de fevereiro de 2021.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme aprovação da Diretoria Executiva da Transpetro em 19 de fevereiro de 2021, no segundo trimestre de 2021 foi concretizada a venda dos Navios Marta, Nara e Nilza. Esta decisão foi baseada na idade destes ativos e na proximidade do fim do contrato de TCP com a Petrobras, encerrado em 15 de maio de 2021.

Em outubro de 2021, foi concluída a alienação do Navio Lindóia, aprovada pela Diretoria Executiva no dia 03 de setembro de 2021. Esta decisão foi baseada na idade desse ativo e no desinvestimento pela Petrobras dos campos de águas rasas no Ceará onde este navio operava exclusivamente.

A Companhia obteve resultado líquido de R\$ 35.140 nas alienações dos navios realizadas durante o exercício de 2021.

Prática contábil

Os ativos mantidos para venda são assim classificados quando for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

13. Investimentos

13.1 Movimentação do saldo de investimento

	31.12.2021	31.12.2020
No início do período/exercício	1.648.918	1.298.596
Equivalência patrimonial - TIBV	(111.837)	(16.519)
Equivalência patrimonial - Transbel	400	670
Dividendos - Transbel	(253)	-
Variação cambial em investimento no exterior - TIBV	113.535	366.171
Demais investimentos	30.225	-
No fim do período/exercício	1.680.988	1.648.918

A Transbel pagou dividendos à Transpetro, referentes ao exercício de 2020, de R\$ 165 (R\$ 159 de principal e R\$ 6 de atualização monetária). O dividendo mínimo obrigatório para o exercício de 2021 foi de R\$ 94.

13.2 Investimento em controladas

A Transpetro é detentora de 100% do capital social integralizado das empresas Transpetro International BV (TIBV) e Transpetro Bel 09 S.A. (Transbel).

A TIBV é sediada em Rotterdam (Holanda) e tem como principal atividade o afretamento de navios na modalidade TCP (Time Charter Party) com a Petrobras.

A Transbel é uma SPE (Sociedade de Propósito Específico) que tem como principais atividades a exploração da cessão onerosa da área, administração de infraestruturas portuária e públicas e tendo suas instalações localizadas dentro do Porto Organizado de Belém, no Estado do Pará, identificada como Bel-09, podendo nela, e por meio dela, realizar todas as atividades portuárias, carga e descarga, armazenamentos,

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

gestão de terminais aquaviários, navegação de apoio portuário e demais atividades relacionadas à movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes do transporte aquaviário.

Seguem abaixo as informações sobre as controladas:

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito	Quantidade de ações / quotas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido 31.12.2021	Lucro (prejuízo) líquido 31.12.2020
Transpetro Bel 09 S.A - Transbel	100%	25.749	1.000.000	26.564	400	670
Transpetro International BV - TIBV (*)	100%	130.076	130.075.685	291.049	(21.168)	(3.571)

(*) Valores em milhares de US\$

As informações contábeis resumidas sobre os investimentos são as seguintes:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Transbel	TIBV	Transbel	TIBV
Ativo circulante	27.348	823.644	26.559	2.382.375
Ativo Realizável a longo prazo	-	2.796.410	-	1.744.852
Imobilizado	-	96.051	-	26.606
Total do Ativo	27.348	3.716.105	26.559	4.153.833
Passivo Circulante	784	660.654	249	755.221
Passivo não Circulante	-	1.431.253	-	1.776.112
Patrimônio Líquido	26.564	1.624.198	26.310	1.622.500
Total do Passivo	27.348	3.716.105	26.559	4.153.833

TIBV	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida	297.177	575.948
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(111.837)	(16.519)

TRANSBEL	31.12.2021	31.12.2020
Receita operacional líquida (i)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	400	670

(i) A Transpetro Bel 09 S.A (Transbel) permanece em fase pré-operacional e seu lucro apurado é decorrente de receitas financeiras sobre aplicações financeiras deduzidas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e de despesas administrativas.

13.3 Demais investimentos

A Associação Petrobras de Saúde (APS) é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída predominantemente pela Transpetro e pela Petrobras, que atuam como patrocinadoras, não exercendo controle acionário em si. A APS tem por objetivo a operação do plano de assistência à saúde dos empregados da Transpetro, da Petrobras e de outras participações societárias da Petrobras.

As patrocinadoras da referida associação farão aportes para a constituição do capital regulatório da APS e os documentos de constituição da Sociedade garantem participação residual das patrocinadoras nos ativos líquidos da Entidade. Os aportes da constituição da APS, a serem

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

realizados pelas patrocinadoras conforme exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) foram reconhecidos como investimento avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

O saldo de R\$ 30.225 corresponde ao aporte de capital, realizado pela Transpetro, para viabilizar a constituição da APS, representando o percentual de 6,09% de participação.

Prática contábil

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações das suas controladas: TIBV e Transbel.

O controle é obtido quando a Transpetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

Investimentos societários

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações nas controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base no patrimônio líquido de cada controlada. As distribuições recebidas dessas investidas reduzem o valor contábil do investimento.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Imobilizado

14.1 Composição

	Consolidado									Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Direitos de Uso	Projetos de expansão Promef	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.640	175.758	1.338.056	5.812.249	12.177	3.592.402	102.533	147.846	145.707	11.336.368	10.933.469
Adições	-	49.301	7.951	13.981	-	149.219	-	90.638	102.094	413.184	407.987
Baixas	-	(59.296)	(469.013)	(481.787)	-	(3.349)	-	(1.984)	(25.495)	(1.040.924)	(602.594)
Impairment - reversão	-	-	-	42.555	-	-	-	-	-	42.555	42.555
Transferências	-	39.057	222.328	-	-	-	-	(151.467)	(109.918)	-	-
Depreciação	(1.338)	(68.607)	(299.691)	(259.450)	-	(580.615)	-	-	-	(1.209.701)	(1.136.457)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	907	11.438	117.504	-	-	-	-	235	130.084	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.302	137.120	811.069	5.245.052	12.177	3.157.657	102.533	85.033	112.623	9.671.566	9.644.960
Custo	31.354	358.756	2.352.945	6.436.674	12.177	4.325.336	102.533	85.033	112.623	13.817.431	13.644.713
Depreciação	(23.052)	(221.636)	(1.541.876)	(1.191.622)	-	(1.167.679)	-	-	-	(4.145.865)	(3.999.753)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.302	137.120	811.069	5.245.052	12.177	3.157.657	102.533	85.033	112.623	9.671.566	9.644.960
Adições	-	68.387	67.575	3.361	-	3.095.771	-	70.274	139.242	3.444.610	3.359.268
Baixas	-	(5.265)	-	(15.058)	-	(139.228)	-	-	(3.255)	(162.806)	(162.806)
Transferências	601	53.481	95.905	5.235	-	-	-	(29.805)	(125.417)	-	-
Depreciação	(1.362)	(69.845)	(215.806)	(317.554)	-	(528.332)	-	-	-	(1.132.899)	(1.113.131)
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	4.208	-	-	-	-	-	(337)	3.871	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.541	183.878	762.951	4.921.036	12.177	5.585.868	102.533	125.502	122.856	11.824.342	11.728.291
Custo	31.955	426.329	2.389.522	6.321.666	12.177	7.187.229	102.533	125.502	122.856	16.719.769	16.499.077
Depreciação	(24.414)	(242.451)	(1.626.571)	(1.400.630)	-	(1.601.361)	-	-	-	(4.895.427)	(4.770.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.541	183.878	762.951	4.921.036	12.177	5.585.868	102.533	125.502	122.856	11.824.342	11.728.291
Vida útil estimada em anos	16 - 25	02 - 20	02 - 50	20 - 25		03 - 55					

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Dutos, terminais e instalações - Controladora	Dutos, terminais e instalações - Terceiros	Imóveis e outros	Consolidado	Controladora
2020					
-Custo acumulado	4.126.843	160.929	37.564	4.325.336	4.325.336
-Depreciação, amortização e <i>Impairment</i> acumulado	(1.106.257)	(41.758)	(19.664)	(1.167.679)	(1.167.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.020.586	119.171	17.900	3.157.657	3.157.657
2021					
-Custo acumulado	4.300.787	2.845.309	41.133	7.187.229	7.187.229
-Depreciação, amortização e <i>Impairment</i> acumulado	(1.483.936)	(87.995)	(29.430)	(1.601.361)	(1.601.361)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.816.851	2.757.314	11.703	5.585.868	5.585.868
Vida útil estimada em anos	55	5 a 14	3 a 5		

No exercício de 2021, houve remensuração dos contratos de arrendamento no montante de R\$ 422.602 e registro do contrato de arrendamento com a Refinaria de Mataripe no montante de R\$ 2.673.169 (vide nota 20).

O total de baixas do imobilizado em 2020, no montante de R\$ 1.040.924 no consolidado (R\$ 602.594 na controladora), se refere aos seguintes eventos: (i) R\$ 549.638 no âmbito do programa de desinvestimentos da Petrobras, a Companhia transferiu parte dos investimentos realizados em ativos arrendados da Petrobras, tendo como contrapartida redução de capital; (ii) R\$ 437.370 referem-se aos navios Ataulfo Alves e Cartola, alienados em 2021, que foram reclassificados para o grupo de Ativos Mantidos para Venda e; (iii) R\$ 49.521 aos navios alienados em 2020.

Do total de baixas realizadas no exercício de 2021 no montante de R\$ 162.806, (i) R\$ 20.323 referem-se à alienação dos navios Nara, Nilza, Marta e Lindóia, com lucro de R\$ 35.140; (ii) 139.151 à baixa dos ativos logísticos do Cluster RLAM dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras; e (iii) R\$ 3.332 referem-se a outras baixas.

14.2 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Revisão das Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2020, com a revisão da vida útil dos navios da Companhia. Portanto, a partir de outubro de 2020, a vida útil dos navios foi alterada de 30 para 20 anos, no caso dos navios petroleiros e de 35 para 25 anos no caso dos navios gaséis. Em 31 de dezembro de 2020 o impacto decorrente da alteração de vida útil foi de R\$ 38.290 reconhecidos no resultado.

Conforme conclusão do relatório técnico, os movimentos empresariais no sentido de maior foco em iniciativas sustentáveis e de redução de carbono observadas na indústria de *shipping* demonstram a necessidade de reavaliação da vida útil dos ativos considerando, além dos aspectos técnicos dos equipamentos, o prisma de eficiência energética e vida útil comercial.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, das unidades marítimas de produção e dos navios são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ativos são depreciados de acordo com as taxas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas mencionadas no quadro acima. Essas taxas são revisadas anualmente e levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

14.3 Redução ao valor recuperável - Impairment

A Administração da Companhia avalia, a cada fim de exercício, se existem evidências de perda/reversão de perdas na recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs e direito de uso existentes em dezembro de 2021:

14.3.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 26 navios, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da frota atual
- A taxa de desconto utilizada considera os parâmetros do Sistema Petrobras.
- Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2021.
- Receita bruta: com base na taxa diária de frete dos contratos vigentes com a Petrobras, que varia de um navio para outro com base na capacidade de carga transportada e tipo de operação.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, consumíveis, manutenção e encargos.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens. A depreciação é estimada pelo período de 2,5 anos (período médio entre docagens).
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos. IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando a alíquota de 34% (IRPJ e CSLL) aplicada ao lucro antes dos impostos.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: (i) premissas e orçamentos da Companhia aprovados no Plano Estratégico 2022-2026; (ii) taxas de descontos pós-imposto em moeda constante de 4,90% (5,45% em 2020), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte e consideram a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro **(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)**

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com base nas premissas do Plano Estratégico 2022-2026, que refletiu as novas previsões de Opex, docagens e fretes vigentes a partir do contrato celebrado com a Petrobras em maio de 2021, a avaliação da Companhia não indicou constituição ou reversão de perda por desvalorização a serem reconhecidas no exercício.

14.3.2 UGC Comboios-Hidrovia

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos e considerando que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

O laudo emitido por avaliador externo apresentou desvalorização dos ativos em relação aos exercícios anteriores, visto que, a precificação dos ativos é efetuada em dólares americanos. Tal impacto não foi observado nas demonstrações financeiras em virtude da desvalorização do real frente ao dólar ter compensado o efeito apresentado no laudo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não reconheceu perdas adicionais para estes ativos.

14.3.3 UGC Dutos e Terminais

Para a UGC Dutos e Terminais, não há indicativo de perda por desvalorização.

14.3.4 UGC RLAM

Após venda do cluster RLAM e assinatura de novo contrato de arrendamento entre Transpetro e Refinaria de Mataripe S.A. (Acelen) foi registrada a nova UGC que passará a ser acompanhada periodicamente. Cabe ressaltar que para a UGC RLAM, não há indicativo de perda por desvalorização.

Prática contábil

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). A nota explicativa 5.2 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs da Companhia.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor de venda de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Lava Jato e seus reflexos na Companhia

A Transpetro não é alvo das investigações da “Operação Lava Jato” e é reconhecida, formalmente, pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

Na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

A Companhia, no papel de assistente do Ministério Público Federal, continua acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Advocacia Geral da União (AGU) para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados e devidamente tratados.

Além disso, temos adotado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração, a TRANSPETRO poderá ter direito a receber valores previstos expressamente nesses acordos. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas líquidas quando forem recebidos ou quando a sua realização se tornar praticamente certa.

Desde 2018, a Transpetro e a Petrobras têm aprimorado a eficácia de seus controles internos e consolidado mudanças estruturais e de governança por meio do fortalecimento de uma cultura de ética, integridade e transparência. A Companhia mantém diversas medidas como um Canal de Denúncia independente, a avaliação dos mecanismos de combate à fraude e à corrupção das empresas com as quais faz negócios e a análise de integridade de todos os gestores, administradores e empregados que atuam em processos críticos.

Em outubro de 2021 foi concluído o cumprimento das obrigações previstas no acordo assinado com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) em 2018. O acordo de não acusação relacionado aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras durante o período de 2003 a 2012 previa obrigações a serem cumpridas tanto pela Petrobras quanto por suas subsidiárias. A Transpetro atuou ativamente para o cumprimento integral dessas obrigações, incluindo a elaboração de um Plano de Ação em 2018 para atender ao *Corporate Compliance Program*, parte integrante do acordo, que contribuiu com o aperfeiçoamento dos instrumentos de *compliance*.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido, por meio de acordos de colaboração e leniência celebrados com pessoas físicas e jurídicas, o ressarcimento de R\$ 81.015. Não houve entrada de novos recursos no exercício de 2021.

16. Processos judiciais e contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

16.1 Processos judiciais provisionados

	31.12.2020	Controladora e Consolidado		
		Adições	Baixas	31.12.2021
Processos judiciais trabalhistas (i)	241.298	141.785	(38.187)	344.896
Processos judiciais cíveis	3.752	10.256	(5.181)	8.827
Processos judiciais tributários	11.412	3.148	(4.068)	10.492
Processos judiciais ambientais	37.185	33.808	(6.629)	64.364
Total provisionado no passivo não circulante	293.647	188.997	(54.065)	428.579

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) A variação do saldo decorre da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos.

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda provável, no exercício de 2021, segregados por esfera, estão informados abaixo:

16.1.1 Processos judiciais trabalhistas

a) Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR)

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento da RMNR. São autores dessas ações o SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

A RMNR consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho, bem como a localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implementada pela Transpetro e pela Petrobras em 2007, por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo questionada três anos após sua implementação.

Em 2018, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu contra a Companhia, que interpôs recursos extraordinários sobre essa sua decisão. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST e determinou a suspensão nacional dos processos em andamento relacionados à RMNR.

Em 29 de julho de 2021, foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator do STF deu provimento ao Recurso Extraordinário interposto em um dos processos para restabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, acolhendo a tese da Companhia e reconhecendo a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e as demais empresas do Sistema e os sindicatos, revertendo a decisão do TST. Atualmente, o julgamento dos recursos interpostos em face da referida decisão do Ministro Relator está em andamento, com três votos favoráveis à Companhia. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vitor.

Uma vez que encontra-se suspenso o julgamento de recurso, não ocorreram efeitos nas demonstrações financeiras da Transpetro de 31 de dezembro de 2021 que apresentam R\$ 175.917, classificados como perda provável, reconhecidos no passivo como provisão para processos judiciais e R\$ 184.918, classificados como perda possível não provisionados.

16.1.2 Processos judiciais ambientais

(a) Oleoduto OSRIO - Vazamento de óleo

Ação anulatória visando desconstituir auto de infração impetrado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) que alega responsabilidade da Companhia pelo vazamento de óleo do oleoduto OSRIO à margem do Rio Formoso (SP). Considerando o andamento processual e a decisão desfavorável à Transpetro, em 2020, foi efetuada a alteração da probabilidade de perda para provável. Houve a suspensão da ação anulatória em decorrência do ajuizamento da execução fiscal com o mesmo objeto (1507963-45.2020.8.26.0014). O valor atualizado é de R\$ 37.928.

(b) NT Norma - Vazamento de óleo

Ação Anulatória movida pela Transpetro, visando a declaração de nulidade do Auto de Infração nº 089245-D (0000029-48.2008.404.7008), lavrado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em virtude de incidente ocorrido com o navio tanque NT Norma, em 18 de outubro de 2001 que provocou vazamento de nafta na Baía de Paranaguá, bem como a declaração de nulidade do Processo Administrativo nº 02017.000480/02-18, que culminou na imposição da sanção/multa

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de R\$ 5.000 (valor histórico). Considerando o andamento processual (trânsito em julgado) com decisão desfavorável à Transpetro, foi efetuada alteração da probabilidade de perda para provável. O valor atualizado é de R\$ 24.404 (já garantidos judicialmente). A Companhia está avaliando junto a sua seguradora o ressarcimento dos valores.

16.2 Processos judiciais e administrativos não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstra-se a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

Ações	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas e previdenciárias	440.926	505.110
Tributárias	529.167	506.567
Cíveis e ambientais	659.315	319.586
Outras	3.247	3.172
	1.632.655	1.334.435

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2021, segregados por esfera, estão informados abaixo:

16.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

Objeto	Valor de exposição	Quantidade de processos
Verbas rescisórias e trabalhistas	184.980	1.835
RMNR (i)	184.918	603
Horas extras	6.367	34
Demais ações	64.661	235
	440.926	2.707

(i) Processos referentes a RMNR estão detalhados na nota 16.1.1.

16.2.2 Cíveis e ambientais

(a) NT Brotas - Vazamento de óleo

O vazamento de óleo decorrente de furo no NT Brotas durante a operação de transbordo de óleo no Terminal da Baía de Ilha Grande em 2002 culminou em 3 (três) processos judiciais, todos em curso e em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Dentre os processos mencionados, dois deles referem-se: à execução fiscal ajuizada pelo Município de Angra dos Reis em face da Transpetro (processo nº 0014726-24.2007.8.19.0003) e à execução fiscal ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro (0005270-84.2006.8.19.0003). Em março de 2020, o município, tomando por base recente decisão proferida pelo STJ no bojo de recurso especial, requereu o prosseguimento da execução fiscal, apresentando um débito atualizado de cerca de R\$ 138.390. Foi proferida decisão desfavorável à Companhia, mantendo a autuação. Esta decisão foi objeto de recurso e aguarda julgamento.

Já a outra demanda decorrente do vazamento do navio Brotas consiste em execução fiscal oriunda dos mesmos fatos, mas proposta pelo Estado do Rio de Janeiro com decisão superior desfavorável à Companhia, com valor atual da causa equivale a R\$ 34.941.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia mantém seguro para eventuais perdas decorrentes de vazamento, dessa forma, não são esperadas perdas materiais decorrentes da referida causa judicial.

(b) Contrato de arrendamento – APPA e ANTAQ

Ação ajuizada pela Companhia em face da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (processo 5012723-02.2019.4.04.7000 - em tramite perante a 1ª Vara Federal de Paranaguá) envolvendo o contrato de arrendamento [período contratual e pleito], na qual se discute: (i) a destinação dos recursos que foram aportados pela Companhia, por intermédio do Convênio nº 460004374, para o aparelhamento do Centro de Excelência em Defesa Ambiental – CEDA; (ii) a obrigação de realizar investimentos para a substituição dos tanques 32.104 e 32.112, que integram o acervo operacional do Porto de Paranaguá; e (iii) a obrigação da construção de três novos píeres.

Após audiência de conciliação de 29 de setembro de 2020, a APPA apresentou proposta para substituição da obrigação de construir os tanques por obrigação pecuniária pela Transpetro. A Transpetro formou Comissão de Negociação para avaliar a proposta da APPA. Sendo assim, em virtude do andamento do processo, a Companhia reclassificou a probabilidade de perda remota para possível no 4º trimestre de 2020. O valor atual monta R\$ 104.945.

(c) Vard Promar

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada pelo Estaleiro VARD PROMAR S.A. em face da Transpetro objetivando indenização por prejuízos, pagamentos por serviços prestados, declaração de ilegalidade e anulação de aplicação de multas, revisão contratual ou resolução de contratos (Processo 0382638-87.2015.8.19.0001) referente à construção de 8 navios gaseiros, através do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF).

Em julho de 2021, houve decisão judicial em 1ª instância parcialmente desfavorável à Transpetro condenando-a ao pagamento do montante de R\$ 134.218. Esta decisão foi objeto de recurso pela Companhia (apelação). O valor atualizado é de R\$ 161.134.

(d) Vazamento de óleo – Município de Magé

Trata-se do Auto de Infração nº 0565/2018, lavrado em 09/12/2019, em razão da ocorrência de vazamento de óleo no dia 09/12/2018, nas seguintes localidades: (i) área de preservação ambiental - APA Estrela; (ii) área de preservação permanente (APP) - área de mangue; (iii) parque municipal de Barão de Mauá e (iv) orla da Praia do Ipiranga - Magé, com imputação de multa no valor de R\$ 50.000. Após encerrada a fase administrativa com decisão desfavorável à Transpetro, o Município ingressou com execução fiscal em 16/11/21, cobrando a multa com acréscimos legais e honorários advocatícios. O valor atualizado é de R\$ 73.303.

16.2.3 Tributárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
Lucros Auferidos no exterior (a)	153.991	1
INSS - Gratificações/Bônus de desempenho (b)	192.193	5
Diferença de RAT - benzeno e ruído (c)	68.476	3
Saldo Negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (d)	52.114	1
Diversos (e)	62.393	66
	529.167	76

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os valores referem-se, principalmente, aos processos relatados a seguir:

(a) Lucros auferidos no exterior

A Companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº 16682.721230/2018-51, que aborda a cobrança de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A Companhia apresentou impugnação, que foi julgada improcedente em 11/04/2019. A Companhia interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual teve negado provimento. Em 23/03/2020, foi interposto recurso especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). O valor atualizado é de R\$ 153.991.

(b) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho

Trata-se de processos iniciados pela Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos: gratificação extraordinária gerencial e bônus de desempenho. A Companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) execução fiscal nº 5013014-30.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 49.081; (ii) execução fiscal nº 5091649-25.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 20.976; (iii) execução fiscal nº 5076134-47.2019.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 891; (iv) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720826/2018-34, com valor de exposição de R\$ 59.476; e, (v) Processo Administrativo Fiscal nº 5096125-72.2020.4.02.5101, com valor de exposição de R\$ 61.769. A soma desses processos é de R\$ 192.193

(c) Diferença de RAT – benzeno e ruído

Trata-se da cobrança de contribuição previdenciária adicional para custeio de aposentadoria especial em decorrência da alegação do INSS de exposição a benzeno e a ruído de empregados da Companhia. Sobre o tema, há os seguintes processos: (i) Processo Administrativo Fiscal nº 16682.720521/2014-07, com valor de exposição atualizado de R\$ 57.234; (ii) Processo Administrativo Fiscal nº 10580.726137/2019-86, com valor de exposição atualizado de R\$ 9.934 e; (iii) Processo Administrativo Fiscal nº 10580.726139/2019-75, com valor de exposição atualizado de R\$ 1.308. A soma desses processos é de R\$ 68.476.

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006

Execução fiscal nº 0150119-76.2015.4.02.5101, ajuizada pela Fazenda Nacional em face da Transpetro, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formuladas pela Companhia e não homologadas pela Receita Federal do Brasil, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de saldo negativo de CSLL do ano calendário de 2006 (exercício 2007), com débitos de estimativa de CIDE Remessas ao Exterior, PIS, COFINS e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A Companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que a não homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativo de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem como na sua glosa na composição do saldo negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/17, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela Companhia. Em 24/05/2017, a Companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão, que está concluso para julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. Atualmente, o processo encontra-se suspenso. O valor atualizado é de R\$ 52.114.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(e) Demais Processos

Há outros 66 processos no montante de R\$ 62.393 em curso sobre diversos temas tributários. A Companhia mantém, de modo diligente, o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante, caso haja impacto significativo nas demonstrações, qualquer movimentação processual.

16.3 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas e previdenciárias	192.447	170.047
Cíveis e ambientais	31.663	29.711
Tributárias	16.728	7.539
	240.838	207.297

16.4 Contingências Ativas

As causas ativas com probabilidade de êxito provável, em 31 de dezembro de 2021, montam R\$ 4.723 (R\$ 27.657 em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 houve a mudança de expectativa de processo de natureza cível de provável para possível.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 5.4.

Ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém, devem ser divulgados em notas explicativas quando:

- Ativo contingente: a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.
- Passivo contingente: a probabilidade de saída de recursos for tida como possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Salários, férias, encargos e participações

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de férias	208.228	206.231
Participação nos lucros e resultados (PLR)	63.079	26.283
Programa de remuneração variável (PPP e PDS)	172.308	184.055
Programa de Demissão Voluntária (PDV)	-	102.049
Salários, encargos e outras provisões	86.039	58.714
Total	529.654	577.332
Circulante	520.805	577.332
Não circulante (i)	8.849	-

(i) Valor classificado em demais contas a pagar

17.1 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia.

Em 29 de dezembro de 2020 foi aprovado o novo regimento para PLR 2021/2022 baseado nos resultados e indicadores da Transpetro, abrangendo os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes, sendo cumulativo ao pagamento do Programa de Prêmio por Performance – PPP.

O saldo reconhecido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 63.079.

17.2 Remuneração variável

17.2.1 Programa de Prêmio por Performance – PPP

O Programa de Prêmio por Performance (PPP) passou a ser o novo modelo de remuneração variável da Companhia no exercício de 2021 e tem por objetivo estimular a orientação para resultados e a gestão de pessoas com foco na meritocracia, permitindo o pagamento de um prêmio, considerando o desempenho da empresa e dos empregados.

Participam do PPP todos os empregados, do quadro de terra e de mar, que atuam na Transpetro. O programa se refere ao exercício de 2021, com pagamento em 2022, caso a Companhia obtenha lucro líquido cuja ordem de grandeza resulte em um Delta VEA, no mínimo, igual a zero; e está associado ao cumprimento de métricas de desempenho da Companhia e ao desempenho individual dos empregados.

O valor provisionado referente ao exercício de 2021 foi de R\$ 172.308.

17.2.2 Programa de Desenvolvimento Superior – PDS

Descontinuado para o exercício de 2021, aplicado aos empregados do quadro de terra no exercício de 2020, em razão das metas que nortearam o programa terem sido atingidas. O montante provisionado em 2020 foi integralmente pago no exercício de 2021.

17.3 Programas de desligamento voluntário – PDV

No exercício de 2020, a Companhia lançou 2 (dois) programas de desligamentos voluntários: PDV Mar e PDV Terra. O programa destinado ao quadro de terra foi concluído no próprio exercício de 2020. O voltado aos empregados de mar foi concluído em julho de 2021.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Benefícios pós-emprego

Planos de pensão e saúde

18.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano, com característica de benefício definido, refere-se à cobertura de risco por invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2021, tais contribuições somaram R\$ 73.899 (R\$ 69.572 em 2020) na proporção de 1x1 em paridade contributiva com o empregado.

A quantidade de participantes do plano em 2021 é de 4.713 ativos e 250 assistidos (4.810 ativos e 153 assistidos em 2020).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2022, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, baseada na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Desta forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do contribuinte.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2021, é de 14,69 anos (22,07 anos em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 115.142 (R\$ 313.010 em 2020).

18.1.1 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 nos exercícios entre 2021 e 2025 são de: 20% a 100% em renda fixa, 0% a 40% em renda variável, 0% a 10% em imobiliário, 0% a 15% em operações com participantes, 0% a 20% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2021 segue demonstrada:

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2021	2020
Títulos Públicos	49,16%	49,62%
Fundos de Investimentos / ações	32,06%	45,20%
Títulos privados	14,07%	0,76%
Investimentos Mobiliários	0,69%	1,61%
Outros	4,02%	2,81%
	100,00%	100,00%

18.2 Plano de Saúde

A Transpetro mantém um plano de assistência médica, que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Associação Petrobras Saúde (APS) e inclui programas de prevenção e assistência à saúde.

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido a novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esses riscos.

Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de alto risco e contribuições variáveis para parcela do custo dos demais procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são determinadas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso, com coparticipação dos empregados e aposentados.

18.2.1 Impacto nas obrigações atuariais de saúde suplementar decorrente da revogação da resolução 23/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR)

A Resolução CGPAR nº 23/2018 estabelecia diretrizes e parâmetros para o custeio dos Benefícios de Assistência à Saúde (BAS) dos empregados das empresas estatais federais. Dentre eles, destaca-se a obrigatoriedade da paridade na relação de custeio (50% x 50%) entre empresa e empregado. A fim de atender à CGPAR, as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2021-2022 estabeleceram uma transição gradual da relação de custeio que era de 70% empresa e 30% empregado e que passou a 60% empresa e 40% empregado em 2021, com a previsão de alcançar 50% empresa e 50% empregado em janeiro 2022, prazo máximo estabelecido pela referida resolução para adequação às disposições do normativo. A revisão atuarial ocorrida em dezembro de 2020 considerou a relação de custeio 50% empresa e 50% empregado a partir de 2022.

Com a promulgação do Decreto Legislativo nº 26 de 2021 no Diário Oficial da União que sustou os efeitos da resolução CGPAR 23, a transição da relação de custeio para 50% empresa x 50% empregado foi suspensa, mantendo-se apenas a redução já alcançada (60% empresa x 40% empregado) em 2021, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho. Assim, a manutenção do custeio (60% empresa x 40% empregado) traz impactos financeiros relacionados aos gastos correntes com o benefício saúde e, consequentemente, na mensuração do Passivo Atuarial do benefício pós emprego relacionado com o plano de saúde da Companhia.

Dessa forma, após a revogação da referida resolução, a participação financeira da Companhia e dos beneficiários no pagamento dos benefícios estão definidas nas proporções apresentadas abaixo e seguindo as formas previstas no acordo coletivo de trabalho (ACT).

- (i) até 2020, o benefício era coberto 70% pela Companhia e 30% pelos participantes;
- (ii) a partir de janeiro de 2021, o benefício passou a ser coberto 60% pela Companhia e 40% pelos participantes.

Assim, com a revogação da Resolução CGPAR 23/2018, no 3º trimestre de 2021 a Companhia efetuou revisão atuarial intermediária que resultou principalmente no reconhecimento de uma obrigação adicional àquela que a Companhia acreditava existir em 31 de dezembro de

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2020, como custo do serviço passado no montante de R\$ 120.590. Em dezembro de 2021 a Companhia efetuou a revisão das premissas atuariais resultando em uma redução do passivo no total de R\$ 519.624 em contra partida aos outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, principalmente, pelo aumento da taxa real de desconto aplicada sobre os passivos dos planos, pela redução da variação dos custos médicos hospitalares – VCMH e revisão das premissas demográficas.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2021 é de 29,61 anos (30,76 anos em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 526.028 (R\$ 754.387 em 2020).

18.3 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

	2021			Consolidado 2020		
	Plano Petros 2	Plano de saúde	Total	Plano Petros 2	Plano de saúde	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais						
Obrigação atuarial no início do exercício	452.038	754.387	1.206.425	570.499	1.277.073	1.847.572
Custo dos juros	33.351	56.605	89.956	41.390	91.703	133.093
Custo do serviço corrente	23.887	121.579	145.466	34.138	171.823	205.961
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	(21.932)	(7.509)	(29.441)	(11.198)	(4.723)	(15.921)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – experiência	98.326	(90.336)	7.990	(314.538)	(216.179)	(530.717)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses demográficas	(7.950)	(171.676)	(179.626)	(34.551)	(111.554)	(146.105)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais – hipóteses financeiras	(218.396)	(257.612)	(476.008)	166.298	(213.428)	(47.130)
Custo de Serviço Passado – Alterações do Plano	-	120.590	120.590	-	(240.328)	(240.328)
Obrigação atuarial no fim do exercício	359.324	526.028	885.352	452.038	754.387	1.206.425
Movimentação no valor justo dos ativos do plano						
Ativos do plano no início do exercício	(139.028)	-	(139.028)	(117.905)	-	(117.905)
Receita de juros	(10.055)	-	(10.055)	(8.357)	-	(8.357)
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	21.932	-	21.932	11.198	-	11.198
Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros	(117.031)	-	(117.031)	(23.964)	-	(23.964)
Ativos do plano no fim do exercício	(244.182)	-	(244.182)	(139.028)	-	(139.028)
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações	359.324	526.028	885.352	452.038	754.387	1.206.425
(-) Valor justo dos ativos do plano	(244.182)	-	(244.182)	(139.028)	-	(139.028)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	115.142	526.028	641.170	313.010	754.387	1.067.397
Movimentação do passivo atuarial líquido						
Saldo em 1º de janeiro	313.010	754.387	1.067.397	452.594	1.277.073	1.729.667
(+)(-) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	(245.051)	(519.624)	(764.675)	(206.755)	(541.161)	(747.916)
(+)(-) Efeitos de remensuração reconhecidos no resultado	-	120.590	120.590	-	(240.328)	(240.328)
(+) Custos incorridos no exercício	23.887	121.579	145.466	34.138	171.823	205.961
(+) Impacto dos juros líquidos	23.296	56.605	79.901	33.033	91.703	124.736
Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos	-	(7.509)	(7.509)	-	(4.723)	(4.723)
Saldo em 31 de dezembro	115.142	526.028	641.170	313.010	754.387	1.067.397

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.4 Componentes do benefício pós emprego

	Consolidado					
	Petros 2	Plano de saúde	Total 2021	Petros 2	Plano de saúde	Total 2020
Custo do serviço	23.887	121.579	145.466	34.138	171.823	205.961
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	23.296	56.605	79.901	33.033	91.703	124.736
Custo de serviço passado		120.590	120.590	-	(240.328)	(240.328)
Custo Líquido do exercício	47.183	298.774	345.957	67.171	23.198	90.369
Relativa a empregados ativos						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	41.507	284.781	326.288	62.136	34.189	96.325
Relativa aos assistidos	5.676	13.993	19.669	5.035	(10.991)	- 5.956
Custo Líquido do exercício	47.183	298.774	345.957	67.171	23.198	90.369

18.5 Premissas atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e do Plano de Saúde são as seguintes:

Hipóteses financeiras - Petros 2	2021	2020
Taxa de desconto (nominal) ao ano	10,73%	7,44%
Taxa de retorno (nominal) de ativos	10,73%	7,44%
Crescimento salarial	7,00%	6,13%
Inflação	4,97%	3,32%
Taxa de reajuste de benefício do plano	4,97%	3,32%
Fator capacidade	100%	100%
Hipóteses financeiras - Plano de Saúde		2020
Taxa de desconto (nominal) atuarial	10,68%	7,20%
Inflação	4,97%	3,32%
Taxa de crescimento dos custos médicos	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2021"	Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2020"

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Hipóteses biométricas - Petros 2		2021	2020
Tabua de Mortalidade	AT -2012 feminina suavizada em 10%	AT -2012 feminina suavizada em 10%	
Tabua de Mortalidade de inválidos	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	IAPB-57 Forte desagravada em 20%	
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 40%	
Rotatividade	0,985%	0,878%	
Composição familiar - ativos e assistidos	81% dos participantes casados com cônjuge 2,5 anos mais nova, considerando o titular masculino	81% dos participantes casados com cônjuge 2,5 anos mais nova, considerando o titular masculino	
Entrada em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade	100% na 1ª elegibilidade	

Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde

		2020
Tabua de Mortalidade	AT -2012 feminina suavizada em 10%	EX_PETROS 2013
Tabua de Mortalidade de inválidos	IAPB-57 Forte desagravada em 30%	AT-49 Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 50%	Álvaro Vindas desagravada em 40%
Rotatividade	Tabela Rotatividade Transpetro 2021	Tabela Rotatividade Transpetro 2020
Composição familiar - ativos	48% dos participantes do sexo masculino e 14% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuge do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo. Com 0,60 filhos por família de casados com idade de 22 anos e do sexo masculino, na data do início do benefício.	86% dos participantes do sexo masculino e 30% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 5,61 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 0,05 anos mais novo e 1,58 filhos do sexo feminino na idade de 26 anos na data do início do benefício.
Composição familiar - assistidos	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Entrada em aposentadoria	Masculino: 62 anos Feminino: 56 anos	Masculino: 57 anos Feminino: 55 anos

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as premissas de Composição Familiar e Idade de Entrada em Aposentadoria utilizadas para fins de cálculo do benefício pós-emprego de saúde eram utilizadas com base no estudo realizado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e seu respectivo histórico de experiência. No passado, a Transpetro não apresentava histórico suficiente de participantes na fase pós-emprego para a definição dessas premissas de forma própria. Em 2021, devido ao aumento significativo de empregados próprios aposentados, em virtude principalmente da saída de empregados optantes pelo Plano de Aposentadoria Voluntário - PDV oferecido pela empresa, a Transpetro efetuou a reavaliação dessas premissas observando o histórico da Transpetro.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.6 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós-emprego:

			2021	
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Aumento de 1% na taxa de desconto	Redução de 1% na taxa de desconto	Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares	Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares
Plano Petros 2				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(4.766)	7.764	-	-
Aumento/(redução) no custo dos juros	(9.111)	12.681	-	-
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(107.629)	166.421	-	-
Plano de Saúde				
Aumento/(redução) no custo do serviço	(9.032)	11.826	13.944	(10.604)
Aumento/(redução) no custo dos juros	(4.686)	5.381	12.452	(9.660)
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações	(84.593)	109.749	116.810	(90.223)

18.7 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-3 anos	Entre 3-4 anos	Mais de 4 anos
Benefícios de plano de pensão	15.341	14.791	14.351	13.852	300.988
Benefícios de saúde pós-emprego	7.840	9.928	10.523	11.028	486.709

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

19. Financiamentos

O financiamento refere-se ao Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF, aprovado pela Diretoria Executiva da nossa controladora em 19 de agosto de 2004 e parte do Plano Estratégico Petrobras 2001 - 2015, tinha, entre outros, o objetivo de atender às necessidades de navios do Sistema Petrobras e contribuir para o soerguimento da indústria naval brasileira, de forma a torná-la competitiva frente aos preços e prazos praticados por estaleiros internacionais. O PROMEF fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2021 e 2020:

Instituição financeira	31.12.2020	Transferências (+/-)	Amortizações (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros a resultado (+)	31.12.2021
BNDES - CP	350.592	2.138.735	(1.905.362)	(351.104)	-	232.861
BNDES - LP	5.343.260	(2.138.735)	-	-	366.749	3.571.274
CEF - CP	5.058	7.087	(4.869)	(1.982)	-	5.294
CEF - LP	83.025	(7.087)	-	-	6.099	82.037
Total	5.781.935	-	(1.910.231)	(353.086)	372.848	3.891.466
CP	355.650	2.145.822	(1.910.231)	(353.086)	-	238.155
LP	5.426.285	(2.145.822)	-	-	372.848	3.653.311

Em junho de 2021, a Transpetro realizou o pré-pagamento de parte dos contratos de financiamento dos navios João Cândido, Zumbi dos Palmares, Dragão do Mar, Henrique Dias, André Rebouças, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo Almeida, José de Alencar e Anita Garibaldi junto ao BNDES no montante de R\$ 1.667.665. Diante da queda da taxa de juros no mercado brasileiro com a consequente reversão do gap favorável entre a rentabilidade dos rendimentos e o custo do serviço da dívida, a Companhia, visando o processo de gestão de dívidas e otimização de caixa, realizou o pré-pagamento desses contratos.

Instituição financeira	Saldo 31.12.2019	Transferências (+/-)	Amortizações (-)	Amortizações Encargos (-)	Juros a resultado (+)	31.12.2020
BNDES - CP	261.158	643.979	(260.100)	(294.445)	-	350.592
BNDES - LP	5.565.445	(643.979)	-	-	421.794	5.343.260
Banco do Brasil - CP	57.265	882.046	(702.036)	(237.275)	-	-
Banco do Brasil - LP	878.858	(882.046)	-	-	3.188	-
CEF - CP	4.319	6.568	(4.077)	(1.752)	-	5.058
CEF - LP	83.397	(6.568)	-	-	6.196	83.025
Total	6.850.442	-	(966.213)	(533.472)	431.178	5.781.935
CP	322.742	1.532.593	(966.213)	(533.472)	-	355.650
LP	6.527.700	(1.532.593)	-	-	431.178	5.426.285

Do total de amortizações de financiamentos junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 939.311, ocorridos em 2020: (i) R\$ 931.992 referem-se ao pré-pagamento dos contratos de financiamento referentes aos navios gaseiros Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, Barbosa Lima Sobrinho, Lúcio Costa, Gilberto Freyre e Jorge Amado. Diante da queda da taxa de juros no mercado brasileiro e a consequente redução da atratividade das condições ofertadas pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM), a Companhia, visando o processo de gestão de dívidas e otimização de caixa, realizou a liquidação antecipada desses contratos e (ii) R\$ 7.319 referem-se à amortização da parcela de 2020.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos têm os seguintes vencimentos:

	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	356.646
2023	221.722	356.646
2024	221.722	356.646
2025	221.722	356.646
2026 em diante	2.988.145	3.999.700
Total dos financiamentos	3.653.311	5.426.285

19.1 PROMEF

No exercício de 2021, os navios do Programa de Modernização da Frota geraram receita líquida de R\$ 1.081.461 com custos operacionais de R\$ 628.125 e R\$ 372.848 referentes aos juros da dívida. Em 2020, os navios do Programa de Modernização da Frota geraram receita líquida de R\$ 894.357 com custos operacionais de R\$ 542.689 e R\$ 431.177 referentes aos juros da dívida.

Prática contábil

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

20. Arrendamento mercantil

20.1 Arrendamento mercantil - Arrendatário

Os principais itens arrendados estão representados, principalmente, pelos seguintes ativos subjacentes: instalações (dutos e terminais), embarcações e edificações.

A movimentação desses contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2020	Remensuração/ Novos Contratos	Pagamentos de principal e juros	Encargos incorridos no exercício	Encerramento antecipados de contrato e revisão de fluxo de pagamentos	Ajuste acumulado de conversão	Consolidado Saldo final em 31.12.2021
Petrobras e participações	3.142.642	407.823	(761.141)	309.061	(139.458)	-	2.958.927
Terceiros	140.800	2.687.948	(40.105)	34.827	-	-	2.823.470
País	3.283.442	3.095.771	(801.246)	343.888	(139.458)	-	5.782.397
Terceiros	2.295.435	-	(629.103)	118.365	-	151.696	1.936.393
Exterior	2.295.435	-	(629.103)	118.365	-	151.696	1.936.393
Total	5.578.877	3.095.771	(1.430.349)	462.253	(139.458)	151.696	7.718.790

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Saldo final em 31.12.2019	Remensuração/ Novos Contratos	Pagamentos de principal e juros	Encargos incorridos no exercício	Encerramento antecipados de contrato e revisão de fluxo de pagamentos	Ajuste acumulado de conversão	Consolidado Saldo final em 31.12.2020
Petrobras e participações	3.712.923	73.984	(965.826)	320.589	972	-	3.142.642
Terceiros	99.096	75.235	(36.486)	8.964	(6.009)	-	140.800
País	3.812.019	149.219	(1.002.312)	329.553	(5.037)	-	3.283.442
Terceiros	2.184.466	52.663	(705.214)	137.261	-	626.259	2.295.435
Exterior	2.184.466	52.663	(705.214)	137.261	-	626.259	2.295.435
Total	5.996.485	201.882	(1.707.526)	466.814	(5.037)	626.259	5.578.877

Do total de remensurações e novos contratos de arrendamento realizados pela Transpetro, no montante de R\$ 3.095.771, durante o exercício de 2021: (i) R\$ 157.445 referem-se ao reajuste anual dos contratos junto à Petrobras; (ii) R\$ 250.378 referem-se a inclusão do terminal de Cabiúnas nos contratos de arrendamento da Petrobras; (iii) R\$ 2.673.169 referem-se ao registro do contrato de arrendamento com a Refinaria Mataripe dos ativos logísticos do cluster RLAM; e (iv) R\$ 14.779 referem-se a remensuração de contratos com terceiros.

O montante de encerramento antecipado de contrato e revisão de fluxo de pagamentos refere-se, principalmente, à baixa dos ativos logísticos do Cluster RLAM dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras

A seguir são apresentadas as principais informações por família de contratos de arrendamento:

	Taxa Desconto (% a.a.)	Prazo Médio (anos)	Impostos a recuperar	Saldo final em 31.12.2021	Consolidado Saldo final em 31.12.2020
Fluxos de caixa contratuais descontados					
Sem Reajuste - Exterior (*)					
- Embarcações	5,6 a.a	4,9 anos	-	1.936.394	2.295.435
Com Reajuste - País					
- Instalações Controladora	10,1 a.a	51,8 anos	273.701	2.958.926	3.142.642
- Instalações Terceiros	11,6 a.a	9,8 anos	260.052	2.811.375	123.325
- Outros	7,9 a.a	1,4 anos	1.119	12.095	17.475
Total	9,5% a.a	24,6 anos	534.872	7.718.790	5.578.877

(*) contratos firmados na moeda norte-americana - US\$.

Em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa nominal (não descontado) dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total	Consolidado Impostos a Recuperar
Fluxos de caixa contratuais não descontados								
Sem Reajuste - Exterior (*)								
- Embarcações	542.511	493.405	323.246	310.523	310.523	245.355	2.225.563	-
Com Reajuste - País								
- Instalações Controladora	291.304	291.309	291.309	291.309	291.309	13.618.696	15.075.236	1.394.459
- Instalações Terceiros	513.166	476.659	465.407	454.177	454.177	2.226.868	4.590.454	424.618
- Outros	10.229	2.507	-	-	-	-	12.736	1.177
Total	1.357.210	1.263.880	1.079.962	1.056.009	1.056.009	16.090.919	21.903.989	1.820.254

(*) contratos firmados na moeda norte-americana - US\$.

A Transpetro e a Petrobras assinaram novos contratos de arrendamento de ativos da Petrobras para Transpetro com vigência a partir de janeiro de 2022. Os novos contratos foram celebrados com termos e condições relacionados às obrigações e responsabilidades das partes e considerando a divisão em clusters, tendo em vista o Programa de Desinvestimentos da Petrobras em ativos de refino e de logística associada.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.2 Arrendamento mercantil – Arrendador

20.2.1 Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui contratos de afretamento marítimo do tipo *Time Charter Party* com a Petrobras pelo prazo de 5 anos com término em 2026, no qual a sua frota de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. A Companhia, em seu plano de negócio, considera a manutenção desses contratos pelo prazo da vida útil dos ativos.

A Companhia classifica esses contratos como arrendamento mercantil operacional e os recebimentos esperados, com base em 31 de dezembro de 2021, estão estimados da seguinte forma:

Vencimento em	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Valores de arrendamento operacional não descontados a receber	1.277.530	1.277.530	1.277.530	1.277.530	472.511	5.582.631

20.2.2 Navios arrendados pela TI BV

A atual frota arrendada da TI BV é subafretada à Petrobras e desde a aplicação inicial do IFRS 16, em 01º de janeiro de 2019, todos os contratos de subarrendamento estão classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os vencimentos dos valores de arrendamento a receber, com base em 31 de dezembro de 2021, estão estimados da seguinte forma (em milhares de dólares).

Vencimento em	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Valores de arrendamento não descontados a receber	100.475	87.903	56.659	56.298	56.299	38.577	396.211

Prática contábil

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos descontados pela taxa incremental nominal sobre empréstimo da Petrobras, visto que, as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Para os arrendamentos mercantis em que a Companhia é arrendadora do bem, desde que classificado como arrendamento financeiro, constitui-se um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

No início de 2020 a Companhia mantinha o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.403.344, representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto. Em 30 de dezembro de 2020, por decisão da Petrobras, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a redução de R\$ 557.021 do capital social da Transpetro. Tal redução foi realizada a valor contábil, sem alteração na quantidade de ações, mediante a entrega à Petrobras, a título de devolução de sua participação no capital social, de bens e direitos referentes aos investimentos realizados pela Transpetro nos ativos arrendados da Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia monta em R\$ 2.846.323, representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas.

21.2 Reservas de lucro

21.2.1 Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

21.2.2 Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, foram destinados do resultado R\$ 5.471 referentes ao incentivo para subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM).

Prática contábil

Reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

21.3 Outros Resultados Abrangentes

No exercício de 2021, foram reconhecidos como outros resultados abrangentes os seguintes efeitos:

(a) Ajuste acumulado de conversão

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ajustes acumulados de conversão	113.535	366.171
Total ajustes acumulados de conversão	113.535	366.171

Prática contábil

O patrimônio líquido da TIBV, expresso em dólares norte-americanos, é convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes no último dia útil do mês. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido, das demonstrações individualizadas, como ajustes de avaliação patrimonial. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

(b) Ganhos e Perdas atuariais

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social. Os valores registrados em 2021 e 2020, seguem demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Remensuração - Benefícios de planos de pensão	245.051	206.755
Imposto diferido	(83.317)	(70.297)
	161.734	136.458
Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego	519.624	541.161
Total revisão atuarial	681.358	677.619

21.4 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2021, foi de R\$ 1.170.005, sendo R\$ 800.000 pagos antecipadamente em dezembro de 2021 aprovado pelo Conselho de Administração da Transpetro em 25 de novembro de 2021 e R\$ 370.005 destacados no grupo de dividendos adicionais propostos do patrimônio líquido até futura aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO), quando serão reconhecidos como passivo.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O JCP é imputado ao dividendo do exercício, na forma prevista no estatuto social, contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do exercício.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

21.5 Resultado por ação

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro atribuível ao acionista controlador	1.237.345	1.313.502
Quantidade de ações	5.000.000	5.000.000
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,25	0,26

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita de serviços prestados	10.128.622	8.832.842	10.425.799	9.408.790
Encargos sobre serviços	(1.394.872)	(1.337.027)	(1.394.872)	(1.337.027)
Receita líquida de serviços prestados	8.733.750	7.495.815	9.030.927	8.071.763

22.1 Desagregação da receita

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Terminais Aquaviários	3.048.316	2.780.267	3.048.316	2.780.267
Terminais Terrestres e Oleodutos	3.525.378	2.547.630	3.525.378	2.547.630
Gasodutos	951.829	940.367	951.829	940.367
Transporte Rodoviário	9.121	57.448	9.121	57.448
Serviços de Engenharia	33.483	20.715	33.483	20.715
Transporte Marítimo - Transpetro	1.165.623	1.149.388	1.165.623	1.149.388
Transporte Marítimo - TIBV	-	-	297.177	575.948
Receita de serviços prestados	8.733.750	7.495.815	9.030.927	8.071.763

Prática contábil

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles. A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Gastos com pessoal	(2.231.646)	(2.349.277)	(2.236.603)	(2.351.499)
Gastos com materiais	(280.960)	(210.013)	(304.055)	(236.214)
Gastos com serviços	(1.404.912)	(1.329.756)	(1.770.641)	(1.714.568)
Energia elétrica	(376.612)	(267.625)	(376.612)	(267.625)
Depreciação e amortização	(1.122.439)	(1.143.465)	(1.142.207)	(1.216.709)
Reversão/(perda) no valor recuperável dos ativos	-	42.555	-	(276.613)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(189.381)	282.223	(180.041)	522.216
Outros gastos	(441.122)	(68.187)	(456.399)	(116.775)
Total	(6.047.072)	(5.043.545)	(6.466.558)	(5.657.788)

Na Demonstração do Resultado

Custos dos serviços vendidos	(4.990.020)	(4.499.559)	(5.406.737)	(5.026.613)
Despesas com vendas	(36.585)	(36.035)	(36.585)	(36.035)
Despesas gerais e administrativas	(708.257)	(680.435)	(720.321)	(688.400)
Tributárias	(122.829)	(152.294)	(122.874)	(152.343)
Reversão/(perda) no valor recuperável dos ativos	-	42.555	-	(276.613)
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(189.381)	282.223	(180.041)	522.216
Total	(6.047.072)	(5.043.545)	(6.466.558)	(5.657.788)

24. Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Plano de pensão e saúde inativos	(19.669)	5.956	(19.669)	5.956
Provisão para processos judiciais (i)	(134.932)	(79.273)	(134.932)	(79.273)
Provisão para participação nos lucros e resultados (ii)	(63.079)	(5.294)	(63.079)	(5.294)
Provisão para programa de remuneração variável (iii)	(172.308)	(185.271)	(172.308)	(185.271)
Provisão para IPTU (iv)	66.540	(21.013)	66.540	(21.013)
Resultado na alienação de bens imobilizados	31.885	11.266	31.885	11.266
Ressarcimento de gastos referentes a Operação Lava Jato	-	734	-	734
Incentivos e subvenções governamentais	5.471	19.835	5.471	19.835
Perda de crédito esperada - PCE (v)	(12.813)	(66.045)	(12.813)	(66.045)
Provisão para programa de desligamento voluntário	14.734	(153.423)	14.734	(153.423)
Resultado oriundo de sinistros	14.455	989	18.592	998
Resultado com distratos contratuais	(7.751)	22.300	1.767	269.727
Receita de acordo extrajudicial	-	436.014	-	436.014
Recuperação de PIS/COFINS - exclusão de ICMS da base de cálculo (vi)	66.182	264.729	66.182	264.729
Outras receitas/(despesas)	21.904	30.719	17.589	23.276
Total	(189.381)	282.223	(180.041)	522.216

- (i) Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso;
- (ii) Programas de Participação nos Lucros e Resultados, vide nota 17;
- (iii) Programa de remuneração variável, vide nota 17;
- (iv) Resultado de valores provisionados em virtude de ações judiciais impetradas pela Petrobras, por solicitação e anuência da Transpetro, para a contestação de valores cobrados de Imposto Territorial Urbano – IPTU pela prefeitura municipal de São Sebastião (SP). Em 2021 houve o trânsito em julgado do processo referente aos exercícios de 2015 e 2016 e foi reconhecido uma reversão da provisão no montante de R\$ 86.520;
- (v) Reavaliação das perdas de crédito esperadas (Logum e EAS), vide notas 8.1.1 e 11;
- (vi) Crédito referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS baseada em nova decisão do STF, vide nota 10.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita com caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	89.212	54.994	92.289	67.542
Receita com Subarrendamento - IFRS 16	-	-	118.898	137.892
Encargos financeiros sobre financiamento (PROMEF)	(372.848)	(431.178)	(372.848)	(431.178)
Encargos sobre arrendamentos	(317.969)	(305.530)	(436.334)	(442.790)
Atualização monetária - Exclusão ICMS na base de PIS e COFINS	34.396	88.152	34.396	88.152
Atualização monetária - Logum	49.965	5.261	49.965	5.261
Atualização monetária - EAS	7.495	5.737	7.495	5.737
Outras despesas, receitas e variações monetárias e cambiais, líquidas	13.638	41.893	21.070	45.431
Resultado financeiro líquido	(496.111)	(540.671)	(485.069)	(523.953)
Receitas	98.441	61.422	226.975	211.863
Despesas	(696.400)	(729.729)	(814.945)	(867.214)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	101.848	127.636	102.901	131.398
Total	(496.111)	(540.671)	(485.069)	(523.953)

26. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Transações de investimento e financiamento que não envolvem caixa		
Arrendamento mercantil	3.095.771	149.219
Baixa de imobilizado e estoques - Redução de capital (i)	-	(557.021)

(i) Em 29 de dezembro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a redução do capital social da Transpetro no montante de R\$ 557.021, vide nota 22.1.

27. Seguros

A frota de navios da Companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras.

Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2021 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais navios Transpetro	1.397.421	1.397.421
Danos materiais navios TIBV	705.000	705.000
Danos materiais navios da Petrobras operados pela Transpetro	398.509	398.509
Responsabilidade civil - Por evento (*)	8.200.000	8.200.000

(*) exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27.1 Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas de fiança em 31 de dezembro de 2021:

	Banco emissor	Valor garantido
Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro	Banco BBM S.A.	7.174

No que tange ao seguro garantia judicial, a Companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2021, o montante segurado de R\$ 1.055.880 com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

Natureza da ação	Austral Seguradora	BTG Pactual Seguradora S/A	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A	Fator Seguradora S/A	Pottencial Seguradora	Zurich Minas Brasil Seguros	SWISS RE	Total Geral
Execução Fiscal	-	346.336	-	6.991	182.738	10.909	78	547.052
Ação executiva de multa	-	-	-	-	157.711	-	-	157.711
Reclamação Trabalhista	-	6.326	-	3.132	75.991	25.063	-	110.512
Ação Anulatória	-	-	-	17.965	20.754	45.848	-	84.567
Tutela cautelar antecedente	-	-	-	-	78.000	-	-	78.000
Agravo de instrumento	-	-	28.438	-	-	-	-	28.438
Ação de Tutela antecipada	26.654	-	-	-	-	-	-	26.654
Ação Cautelar	-	6.197	-	-	9.618	975	-	16.790
Cumprimento de sentença de honorários	-	-	-	-	3.709	-	-	3.709
Ação de cumprimento provisório de sentença	-	-	-	-	792	-	-	792
Ação declaratória de nulidade de ato administrativo	-	-	-	-	780	-	-	780
Ação ordinária c/ pedido de tutela de urgência	-	-	-	455	-	-	-	455
Ação de execução	-	-	-	212	-	-	-	212
Ação Cível	-	-	-	-	-	208	-	208
	26.654	358.859	28.438	28.755	530.093	83.003	78	1.055.880

Dos vinte e nove navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF) dados à título de garantia da dívida da Companhia perante as instituições financeiras, 6 estavam vinculados à dívida junto ao Banco do Brasil, quitada antecipadamente pela Companhia em janeiro de 2020, e outros 10 navios estavam vinculados à dívida com o BNDES, quitada antecipadamente em junho de 2021, vide nota 19.

Assim, considerando que o processo de baixa das garantias dos 16 navios, quitados em 2020 e 2021, que estão em curso, restarão 13 navios financiados pelo BNDES que permanecerão em garantia.

28. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como riscos ambientais, operacionais, saúde e segurança, imagem, financeiros, entre outros. A seguir, breves esclarecimentos sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro possui Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios e as diretrizes da sua gestão de riscos e mantém processo contínuo de identificação, análise, tratamento e monitoramento de riscos, através do trabalho articulado da área corporativa de gestão de riscos junto às demais áreas da Companhia, donas dos riscos (primeira linha de defesa). Este trabalho é realizado por equipes formadas por profissionais especialistas em gestão de riscos e profissionais conhecedores dos processos de trabalho da Transpetro, possibilitando a aplicação das ferramentas e metodologias de avaliação de riscos sobre os diferentes cenários que são tratados e gerenciados pelas unidades da Companhia.

Todo o material gerado neste processo é disponibilizado para as áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, além dos demais gestores da Companhia, subsidiando seus planejamentos e trabalhos. Além disto, periodicamente é realizado reporte de monitoramento dos riscos

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro **(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)**

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

priorizados às instâncias superiores da Transpetro, como Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, garantindo o adequado conhecimento dos riscos e das respectivas ações de tratamento aplicadas e planejadas pelas áreas da primeira linha de defesa.

Além disto, a Transpetro também utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão a Petrobras e suas participações societárias na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa, a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx) à Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

28.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações é efetuada com a Petrobras e suas participações societárias. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

28.2 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2021, as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

A exposição da Companhia é em função de sua dívida de longo prazo ser impactada por um possível aumento da TJLP. As despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, conseqüentemente, seria observado impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto aos BNDES e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2021 em 5,32%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2021, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de, aproximadamente, R\$ 51.757 e R\$ 103.513 (R\$ 65.770 e R\$ 131.539 em 2020), respectivamente.

28.3 Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior, via TIBV, é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também é realizada em dólar, reduzindo os efeitos de variação cambial.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

prazo, e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2022	2023-2025	2026 em diante	31.12.2021	31.12.2020
Principal	224.634	673.903	2.976.905	3.875.442	5.814.988
Juros	311.228	821.348	1.677.393	2.809.969	3.248.919
Total	535.862	1.495.251	4.654.298	6.685.411	9.063.907

28.5 Derivações clandestinas

Empenhados em fortalecer nosso compromisso com a vida, com o meio ambiente e a segurança operacional, intensificamos em 2021 nosso relacionamento com o Ministério Público e os Órgãos de Segurança Pública para combater o furto de combustíveis em dutos, também conhecido como derivações clandestinas (DCs).

Com essas ações e os constantes investimentos em sistemas de detecção e no monitoramento das faixas de dutos, reduzimos em 49% o número de ocorrências de DCs em comparação ao ano de 2020 e diminuimos significativamente o volume de produto furtado. A maior agilidade na localização das derivações clandestinas minimiza os riscos para a população, contribui para a preservação do meio ambiente e para a integridade dos dutos, bem como evita a interrupção das operações, reduzindo os prejuízos financeiros e os impactos para imagem da Companhia.

Em 2021 reforçamos a atuação do Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), conduzido pela empresa controladora em parceria com a Transpetro. O programa visa expandir e integrar as ações previstas para mitigar os riscos causados por furtos de petróleo e derivados em dutos, atuando com foco em diversas áreas: inteligência, legislação, responsabilidade social, comunicação, tecnologia e contingência.

29. Eventos subsequentes

29.1 RMNR – Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho

Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis à Companhia, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e as demais empresas do grupo e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vitor.

Informações adicionais sobre o assunto estão apresentadas na nota explicativa 16.1.1.

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)
Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Balanco Social (Não auditado)

1. BASE DE CÁLCULO	2021	2020				
Receita Líquida (RL)	9.030.927	8.071.763				
Resultado Operacional (RO)	2.143.773	1.895.315				
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.997.916	2.598.752				
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2021	% sobre FPB	% sobre RL	2020	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	49.964	2,50%	0,55%	56.176	2,16%	0,70%
Encargos sociais compulsórios	364.546	18,25%	4,04%	386.204	14,86%	4,78%
Previdência privada	73.899	3,70%	0,82%	69.572	2,68%	0,86%
Saúde	46.505	2,33%	0,51%	38.522	1,48%	0,48%
Segurança e medicina no trabalho	98.567	4,93%	1,09%	84.649	3,26%	1,05%
Educação	29.971	1,50%	0,33%	39.010	1,50%	0,48%
Cultura	7.541	0,38%	0,08%	8.085	0,31%	0,10%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.141	0,31%	0,07%	1.880	0,07%	0,02%
Creche/Auxílio creche	1.998	0,10%	0,02%	3.221	0,12%	0,04%
Participação nos resultados	226.321	11,33%	2,51%	190.564	7,33%	2,36%
Outros	173	0,01%	0,00%	897	0,03%	1,23%
Total - Indicadores sociais internos	905.626	45,33%	10,03%	878.780	33,82%	10,89%
3. TRIBUTOS						
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.290.079	114,62%	25,36%	2.190.232	84,28%	27,13%
Total - Indicadores sociais externos	2.290.079	114,62%	25,36%	2.192.365	84,36%	27,16%
4. INDICADORES AMBIENTAIS						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	30.477	1,53%	0,34%	28.709	1,10%	0,36%
Investimentos e programas e/ou projetos externos	2.444	0,12%	0,03%	2.635	0,10%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	32.921	1,65%	0,36%	31.344	1,21%	0,39%
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2021	2020				
Número de empregados ao fim do período	5.406	6.152				
Número de admissões durante o período	68	94				
Número de empregados de empresas prestadoras de serviços	45	36				
Número de estagiários	123	107				
Número de empregados acima de 45 anos	2.163	2.592				
Número de mulheres que trabalham na Companhia	768	791				
Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres	10,00%	15,93%				
Número de negros que trabalham na Companhia	2.270	2.359				
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros	30,00%	11,06%				
Número de empregados com deficiência	99	34				
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	3.439	3.871				

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				2021	2020
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa				35	52
Número total de acidentes de trabalho					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:				() direção (x) direção e gerências () todos os empregados	() direção (x) direção e gerências () todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:				() direção e gerências () todos os empregados (x) todos + CIPA	() direção e gerências () todos os empregados (x) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:				() Não se envolve () Segue as normas da OIT (x) Incentiva e segue a OIT	() Não se envolve () Segue as normas da OIT (x) Incentiva e segue a OIT
A previdência complementar contempla:				() direção () direção e gerências (x) todos os empregados	() direção () direção e gerências (x) todos os empregados
A participação dos lucros e resultados contempla:				() direção () direção e gerências (x) todos os empregados	() direção () direção e gerências (x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:				() Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos
Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa				() Não se envolve () Apoia (x) Organiza e incentiva	() Não se envolve () Apoia (x) Organiza e incentiva
Valor adicionado a distribuir				7.160.081	6.941.496
Distribuição do valor adicionado (DVA)				governo 35% colaboradores 32% acionistas 11% terceiros 16% retidos 6%	governo 32% colaboradores 33% acionistas 5% terceiros 15% retidos 15%

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Conselho de Administração

Paulo José Alves
Presidente

Felipe Homero Pontes
Conselheiro

Antonio Carlos Passos de Carvalho
Conselheiro

Marco Antônio Mayer Foletto
Conselheiro

Dimitrios Chalela Magalhães
Conselheiro

Jaime Leôncio Singer
Conselheiro

Maria Isabel de Faria Perez
Conselheira

Viviana Canhão Bernardes Gonçalves Coelho
Conselheira

Diretoria Executiva

Luiz Eduardo Valente Moreira
Presidente
Diretor de Serviços Interino

William França da Silva
Diretor de Dutos e Terminais

Jair Toledo de Souza
Diretor de Transporte Marítimo

Roberto David Mendes da Silva
Diretor Financeiro

Marcos Célio Santos Nogueira
Gerente Executivo de Contabilidade e Tributos
Contador CRC-RJ 089351/O-8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A.- Transpetro em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual Integrado de 2021, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a Proposta de Distribuição de Dividendos do exercício de 2021.

O Colegiado analisou, ainda, a proposta de destinação de resultado do exercício de 2021, o qual registrou um lucro líquido de R\$ 1.237.345 mil, apresenta as seguintes destinações: (i) constituição da reserva legal de R\$ 61.869 mil; (ii) constituição da reserva de incentivos fiscais de R\$ 5.471 mil; (iii) distribuição do lucro líquido do exercício de R\$ 1.170.005 mil, sendo R\$ 800.000 mil referentes a dividendos pagos antecipadamente à Petrobras no exercício de 2021 e R\$ 370.005 mil referentes a dividendos adicionais condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 23 de fevereiro de 2022, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 20 de abril de 2022.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

Jeferson Gustavo Salerno
Presidente

Eduardo Damazio da Silva Rezende
Conselheiro

Renato da Motta Andrade Neto
Conselheiro

Petrobras Transporte S.A. – Transpetro
(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Resumo do Comunicado do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)

Em reunião extraordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da TRANSPETRO (CAE) levada a efeito em 23/02/2022 (Ata RCAE nº 147), o CAE tomou conhecimento das minutas: (i) das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas do Exercício de 2021 e (ii) do Relatório do Auditor Independente (KPMG Auditores Independentes Ltda) relativo às Demonstrações Financeiras do Exercício 2021, e entendeu que : (a) todos os fatos relevantes trazidos ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados e (b) a matéria está apta para aprovação do Conselho de Administração.

A recomendação de aprovação do CAE baseia-se nas análises e discussões realizadas com a Diretoria, Gerências Executivas Jurídica, de Contabilidade e a de Performance da TRANSPETRO assim como com a empresa de Auditoria Independente, em suas reuniões ordinárias ao longo do ano e na reunião conjunta CAE/Conselho Fiscal, com a participação do Conselho de Administração, ocorrida em 17/02/2022.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente do CAE
Especialista financeiro do Comitê

Antonio Edson Maciel dos Santos
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE